



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026**

### **1. PREÂMBULO:**

1.1. Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, sediada na Rua Hermógenes José da Silva, S/N – Centro, Quijingue – Bahia, representado pelo seu Prefeito o Sr. José Romero Rocha Matos Filho e por meio do Pregoeiro designado, torna público que realizará **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento **menor preço por lote**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e nas condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

1.2. O pregão será realizado pelo Pregoeiro Oficial o Srº. **ROBERLANDIO SOUZA PINTO**, matrícula Nº 1050, designado pelo Decreto Municipal Nº 050, de 08 de janeiro de 2025 e Equipe de Apoio constituída pelos servidores: **JARBAS SILVA ABREU**, matrícula Nº 4.118 e **JOUBERT BRITO DA SILVA**, matrícula Nº 4.174.

1.3. A sessão de pregão será realizada conforme informações abaixo:

#### **DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

DATA: **22 DE JUNHO DE 2026.**

HORÁRIO DA SESSÃO: **14H00MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

LOCAL: **[HTTPS://LICITANET.COM.BR/](https://licitanet.com.br/)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

1.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.5. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, através da plataforma eletrônica **<https://licitanet.com.br/>**.

1.6. Edital completo para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: **<https://licitanet.com.br/>**, Portal da transparência **<https://www.quijingue.ba.gov.br/site/editais>** e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **<https://www.gov.br/pncp/pt-br>**.

1.7. A comunicação com a licitante vencedora será realizada preferencialmente por meio do endereço eletrônico informado no sistema licitatório, incluindo o e-mail **[prefeituradequijingue4@gmail.com](mailto:prefeituradequijingue4@gmail.com)**, sendo considerado válido o envio para tal endereço para fins de convocação para assinatura de ata ou contrato.

1.8. O licitante vencedor deverá aplicar, de forma linear, o percentual de desconto ofertado sobre todos os preços unitários constantes da planilha orçamentária, vedada a aplicação de descontos diferenciados



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

entre os itens, sob pena de desclassificação, com o objetivo de evitar distorções na composição dos preços (jogo de planilha).

## **2. OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

2.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada em fornecimento parcelado de materiais odontológicos, compreendendo materiais restauradores, anestésicos, medicamentos odontológicos, materiais cirúrgicos, materiais para radiologia odontológica, materiais de esterilização, biossegurança, descartáveis, endodontia e demais insumos necessários à execução dos serviços de saúde bucal, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA.**

2.2. A licitação será composta por **lotes**, conforme planilhas constantes do Termo de Referência – Anexo II deste edital.

2.3. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos está indicado no Termo de Referência, Anexo II do Edital.

2.4. O presente edital vincula-se integralmente ao Termo de Referência (Anexo II), o qual contém as especificações técnicas, quantitativos e condições de execução do objeto.

## **3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

3.1. **PODERÁ PARTICIPAR** desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.1.1. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção “DA HABILITAÇÃO”.

3.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:**

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021 (Art. 9º - § 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria).

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação, exceto se demonstrada a viabilidade econômica, nos termos da legislação vigente.

3.3.6. Que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021**):

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.3.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

**3.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ NO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

3.4.1. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Nº 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar Nº 123/2006 e do Decreto Federal Nº 8.538/2015.

3.4.1.1. As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e demais beneficiários previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 81/2025 poderão usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto na legislação aplicável, inclusive dos benefícios relacionados à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, observados os requisitos, critérios e limites estabelecidos na legislação vigente.

3.4.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.4.3. Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.4.4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei Nº 14.133/2021.

3.4.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.4.9. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei Nº 14.133/2021.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**3.6. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO:**

3.6.1. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.6.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.6.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.6.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.6.5. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.6.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

3.6.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.6.8. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.6.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

**3.7. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.**

3.7.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.7.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.7.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.7.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.7.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.7.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar Nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

### **3.8. GARANTIA DA PROPOSTA**

3.8.1. Será exigida garantia de proposta, como requisito de condição de aceitabilidade/participação da proposta, nos termos do art. 58





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do lote para o qual a licitante apresentar proposta, podendo ser apresentada nas modalidades legalmente admitidas, visando assegurar a seriedade da proposta, a mitigação de riscos administrativos e a proteção do interesse público.

3.8.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- I. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- II. Seguro-garantia;
- III. Fiança bancária.

3.8.3. A exigência da garantia de proposta encontra-se devidamente justificada no Termo de Referência (Anexo II), considerando o valor estimado da contratação, a complexidade do objeto e a necessidade de assegurar a seriedade das propostas, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

3.8.4. A ausência da garantia da proposta implicará na desclassificação da proposta.

3.8.5. A garantia será devolvida:

- I. Aos licitantes não vencedores, após a homologação;
- II. Ao licitante vencedor, após a assinatura do contrato.

3.8.6. A garantia será executada caso o licitante:

- I. Retire sua proposta durante o prazo de validade;
- II. Deixar de assinar o contrato ou não apresentar a garantia contratual, quando exigida.

3.8.7. A exigência de garantia da proposta possui a finalidade de assegurar a seriedade das ofertas apresentadas, mitigar riscos de desistência injustificada, fortalecer a segurança jurídica da contratação e preservar a eficiência do procedimento licitatório, observando o disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021 e entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

4.1.1. Os documentos de habilitação serão enviados **posteriormente a fase de lances**, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

4.1.2. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, documentos em formato PDF emitidos pelos órgãos competentes. Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei Nº 14.133/2021).

4.1.3. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

4.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, **ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.**

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC no 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação (Pregoeiro) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

5.1. Para aceitabilidade da proposta, o (a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo II, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

a) PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

b) PREÇO GLOBAL DO LOTE, expresso em moeda nacional, incluindo todos os custos diretos e indiretos.

c) DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do Fornecimento. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

d) RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

5.2. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

5.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

5.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo "Informações Adicionais" ou anexá-las no campo apropriado do sistema **LICITANET**, sob pena de desclassificação e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de fornecimento, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

5.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

5.7. A Administração poderá exigir, juntamente com a sua proposta de preços, planilha de composição de custos, contendo a discriminação detalhada do preço ofertado, abrangendo todos os insumos, encargos, tributos, despesas indiretas e margem de lucro, de forma a demonstrar a formação do preço final.

5.7.1. Será obrigatória a apresentação da planilha de composição de custos quando a proposta apresentar desconto significativo que possa indicar indício de inexecutabilidade.

5.7.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, a planilha deverá ser apresentada no prazo a ser definido pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, acompanhada de documentos que comprovem a viabilidade econômica da proposta, tais como notas fiscais, contratos, orçamentos ou documentos equivalentes.

5.7.3. A não apresentação da planilha ou a comprovação insuficiente da executabilidade da proposta poderá ensejar a desclassificação da licitante, nos termos do art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

5.8. Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ, nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório, observando-se que tal exigência refere-se apenas as





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

informações inseridas nos **campos do sistema** (proposta inicial alimentada no sistema); os arquivos em "PDF" poderão seguir a formatação padrão do licitante incluindo dados da proponente (cabeçalho e demais dados pessoais), vez que os mesmos só ficarão disponíveis após fase de lances.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.10.1. O prazo de entrega deverá observar o disposto no Termo de Referência (**Anexo II**), contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento devidamente emitida e acompanhada da respectiva nota de empenho, conforme condições detalhadas no referido anexo.

5.10.2. O local de entrega será aquele definido no Termo de Referência (**Anexo II**), devendo ocorrer nas dependências do órgão ou entidade contratante, conforme indicado na Ordem de Fornecimento, observadas as condições e especificações constantes no referido instrumento.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.7. O chat permanecerá disponível durante toda a sessão pública, podendo o Pregoeiro utilizá-lo conforme necessidade para comunicação com os licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. A disputa ocorrerá pelo **MENOR VALOR POR LOTE**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1% (um por cento), incidente sobre o valor do lance imediatamente anterior, aplicado de forma uniforme para todos os lotes.

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item "6.14", observando-se o seguinte:

6.15.1. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.15.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.2. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.15.8. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006, conforme regulamento específico.

6.15.9. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15.10. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.15.11. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.15.12. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.15.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.15.14. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.15.14.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.15.14.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.15.14.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.15.14.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.15. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.15.15.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.15.15.2. Empresas brasileiras;

6.15.15.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.15.15.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.15.16. Encerrada a etapa de envio de lances, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, caso sua proposta permaneça acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.16.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho do lote ou qualquer outro motivo.

6.15.17. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15.19. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.15.20. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.15.20.1. Esse prazo de **2 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o aviso de solicitação de Proposta Final na aludida plataforma.

6.15.20.2. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET** – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) após às **17 horas**, esse prazo só será contabilizado a partir das 08 horas do dia útil seguinte, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

6.15.20.3. A ausência de documento e/ou qualquer descumprimento acarretará a imediata desclassificação da proposta da empresa de menor preço no respectivo lote, e convocação da empresa remanescente;

6.15.20.4. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.15.21. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.15.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.16. A vedação de identificação da proposta aplica-se exclusivamente aos campos do sistema eletrônico, sendo admitida a identificação nos documentos anexados quando exigidos após a fase de lances.

## **7. FASE DE JULGAMENTO:**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. Relação de apenados TCM/BA, através do link (<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1. deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Nos termos do art. 34 da Instrução Normativa nº 73/2022, no caso de bens e serviços em geral, serão considerados indícios de inexequibilidade as propostas cujos valores sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração.

7.11.1. A caracterização de inexequibilidade poderá ensejar a desclassificação automática da proposta, podendo a Administração oportunizar à licitante a comprovação da viabilidade econômica da oferta, mediante apresentação de documentos que demonstrem a exequibilidade dos preços propostos.

7.11.2. Para fins de comprovação da exequibilidade, poderão ser exigidos, dentre outros documentos, planilha detalhada de composição de custos, memória de cálculo, notas fiscais, contratos, orçamentos ou outros elementos que evidenciem a compatibilidade da proposta com os custos de mercado.

7.11.3. Não serão considerados aptos à comprovação da exequibilidade documentos que evidenciem custos superiores aos valores ofertados ou que se baseiem exclusivamente em alegações genéricas de redução de custos ou economia de escala desacompanhadas de comprovação objetiva.

7.11.4. Os documentos apresentados para fins de comprovação da exequibilidade deverão possuir data compatível com a realidade de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

mercado, admitindo-se, como referência, documentos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de abertura do certame.

7.11.5. Caso não seja comprovada a exequibilidade da proposta, esta será desclassificada, nos termos da legislação vigente.

7.11.6. A apresentação de informações inverídicas ou insuficientes para comprovação da exequibilidade sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.12. Sem prejuízo do disposto acima, a Administração poderá realizar diligências para verificar a exequibilidade das propostas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. O licitante é responsável pela veracidade e consistência de sua proposta, assumindo integral responsabilidade pela execução do objeto nas condições ofertadas.

7.14. A adoção de parâmetros objetivos para identificação de propostas inexequíveis encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, notadamente do Tribunal de Contas da União, que reconhece a necessidade de critérios claros para evitar propostas inviáveis e assegurar a execução contratual.

7.15. Nesse sentido, destaca-se que a fixação de limite mínimo de exequibilidade, quando prevista em lei, visa resguardar a Administração Pública contrapropostas incompatíveis com os custos reais de execução, prevenindo riscos à execução contratual e prejuízos ao interesse público.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.1.3. Enviar a proposta final em arquivo editável preferencialmente em formato editável (DOC, DOCX, XLS ou XLSX).

8.1.4. No mesmo prazo do item 6.15.22., o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no SISTEMA. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

8.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.1.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e por extenso.

8.1.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total do lote, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.1.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.1.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.1.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.1.12. Esse prazo de **02 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final** na aludida plataforma.

8.1.13. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)** após às **17 horas**, esse prazo só será contabilizado a partir das **08 horas do dia útil seguinte**, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

8.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no parágrafo 2º do Art. 59 da Lei Nº 14.133/2021.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

9.1. Os documentos previstos no Edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. Para dar efetivo cumprimento as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO TCM/BA nº 1.383/2019 que alterou a Resolução nº 1060/2005, estabelecendo as normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que **os documentos deverão ser apresentados em formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais** (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc.), **não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas**, fica ADVERTIDA que a empresa licitante que encaminhar documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005 (alterada pela Resolução TCM/BA nº 1383/2009).

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados em **ORIGINAL** por **CÓPIA AUTENTICADA DIGITALMENTE**.

9.2.1. Todos os documentos assinados eletronicamente por certificados digitais passarão por uma verificação e a validação das assinaturas digitais a partir da cadeia de confiança da ICP-Brasil e do Validador de Documentos Digitais, pois um documento eletrônico com assinatura digital tem presunção de legalidade e garantias de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade, temporalidade e não repúdio, de acordo com a regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na [Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001](#), que instituiu a ICP-Brasil. Não sendo possível a verificação da assinatura digital, será oportunizada diligência para comprovação da autenticidade do documento, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. Porém, se a autenticação foi feita por outro sistema, será necessário fazer o upload do arquivo que recebeu a assinatura, que deverá ser entregue em mídia na sessão para análise e devolvida. Logo, este método verifica qualquer assinatura digital que esteja de acordo com as normas da ICP-Brasil. Desta forma é possível, também, verificar um lote de assinaturas de uma vez e extrair um relatório, se desejar.

9.2.3. A verificação de uma assinatura digital é realizada por algum software capaz de realizar esta operação. Comumente, os softwares de assinatura digital já contemplam a funcionalidade de verificação de assinatura. A integridade é determinada pela comparação do resumo criptográfico (HASH) do documento original com o resumo criptográfico cifrado pelo signatário. A obtenção do resumo criptográfico é possível através da decifragem da assinatura, utilizando a chave pública do certificado do assinante.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Nº 14.133/2021](#)).

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#)).

9.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei Nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º](#)):

9.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.8. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.11. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.12. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os documentos exigidos para fins de habilitação constantes do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA** deste e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

9.13. A habilitação será realizada após a fase de julgamento das propostas, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **10. DOS RECURSOS:**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC Nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no <https://www.licitanet.com.br>, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. O adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

12.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida através do endereço eletrônico constante do preâmbulo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do envio do e-mail.

12.5. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, reapresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.

12.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei Nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.3.1.**, **13.3.2.**, e **13.3.3.**, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME Nº 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:**

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no **Termo de Referência (ANEXO II)** e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

#### **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:**

15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO VII)** e na **Minuta da Ata de Registro de Preço (ANEXO VIII)**.

#### **16. DO PAGAMENTO:**

16.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO VII)** e na **Minuta da Ata de Registro de Preço (ANEXO VIII)**, sendo parte integrante deste edital.

#### **17. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: (sistema eletrônico) <https://licitanet.com.br/>;

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **18. RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

18.1. Dos atos da Administração decorrentes deste procedimento caberá recurso administrativo, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer durante a sessão pública, sob pena de preclusão.

18.3. Manifestada a intenção de recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, por meio do sistema eletrônico.

18.4. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente.

18.5. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio do Pregoeiro/Agente de Contratação, que poderá:

I – Reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis; ou

II – Encaminhar o recurso devidamente informado à autoridade competente para julgamento definitivo.

18.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.7. Os recursos terão efeito suspensivo quando sua análise puder influenciar diretamente o resultado do certame.

18.8. Não serão conhecidos recursos:

18.8.1. Interpostos fora do prazo;

18.8.2. Sem manifestação prévia de intenção;

18.8.3. Apresentados de forma genérica ou sem fundamentação;

18.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o Termo de Referência anexo deste Edital.

19.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.quijingue.ba.gov.br/site/diariooficial> (link: **Diário Oficial**).

19.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial pela Lei Nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável.

19.12. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Quijingue/BA, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.18.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

19.18.2. ANEXO II – Termo de Referência

19.18.3. ANEXO III – Carta de Apresentação de Proposta

19.18.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial de Preços



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

19.18.5. ANEXO V - Modelo de Credencial

19.18.6. ANEXO VI – Modelo de Declarações

19.18.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato

19.18.8. ANEXO VIII – Ata de Registro de Preço

**Quijingue/BA, em 03 de junho de 2026.**

**José Romero Rocha Matos Filho**

**Prefeito Municipal de Quijingue**

**Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre**

**Secretária Municipal de Saúde**

# EDITAL





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026**  
**ANEXO I**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**01 - INTRODUÇÃO:**

**Base legal: Art. 6º, XX e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021**

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade analisar a necessidade, a viabilidade técnica e a adequação da contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de materiais odontológicos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA.

O ETP constitui instrumento integrante da fase preparatória da contratação pública, previsto nos arts. 6º, inciso XX, e 18 da Lei nº 14.133/2021, tendo por objetivo identificar a melhor solução para atendimento da necessidade administrativa, subsidiando a elaboração do Termo de Referência e os demais documentos que compõem o processo licitatório.

A contratação pretendida decorre da necessidade permanente de abastecimento das unidades de saúde, consultórios odontológicos e equipes de saúde bucal da rede municipal, garantindo a disponibilidade dos materiais indispensáveis à realização dos procedimentos odontológicos ofertados à população por meio do Sistema Único de Saúde – SUS.

Os materiais odontológicos são insumos essenciais para execução das atividades preventivas, restauradoras, cirúrgicas, periodontais, endodônticas, radiográficas e demais procedimentos realizados pelos profissionais da área odontológica, sendo indispensáveis para manutenção da continuidade, qualidade e eficiência dos serviços públicos de saúde bucal.

A ausência do fornecimento adequado desses materiais poderá comprometer o funcionamento dos serviços odontológicos municipais, ocasionando interrupção de atendimentos, redução da capacidade operacional das equipes de saúde bucal e prejuízos à assistência prestada à população.

Diante desse cenário, torna-se necessária a realização do presente estudo técnico, visando avaliar as alternativas disponíveis no mercado, definir a solução mais adequada para atendimento da demanda identificada e demonstrar a viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação pretendida.

O presente ETP foi elaborado em observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, buscando assegurar a seleção da solução mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **02 - INFORMAÇÕES GERAIS:**

### **Fundamento Legal:**

O procedimento licitatório observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como da legislação correlata e dos Decretos Municipais nº 249/2022, nº 460/2024 e nº 81/2025, além das demais exigências previstas no edital e seus anexos.

### **Objeto:**

Contratação de empresa especializada em fornecimento parcelado de materiais odontológicos, compreendendo materiais restauradores, anestésicos, medicamentos odontológicos, materiais cirúrgicos, materiais para radiologia odontológica, materiais de esterilização, biossegurança, descartáveis, endodontia e demais insumos necessários à execução dos serviços de saúde bucal, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA.

### **Equipe de Planejamento:**

- Samuel de Matos Barreto - Matrícula Nº 211326 – (Representante da Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico – Coordenador da Comissão de Planejamento);

- Carlene Alves Cavalcante - Matrícula Nº 4165 (Representante da Secretaria Municipal de Saúde);

## **03 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:**

**Base legal: Art. 18, §1º, I.**

A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA quanto ao fornecimento parcelado de materiais odontológicos destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelas equipes de saúde bucal da rede municipal de saúde.

A necessidade da contratação decorre da utilização contínua e indispensável desses materiais na realização dos atendimentos odontológicos prestados à população, abrangendo procedimentos preventivos, restauradores, cirúrgicos, periodontais, endodônticos, radiográficos e demais ações relacionadas à promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal.

Os materiais odontológicos constituem insumos essenciais para o adequado funcionamento dos consultórios odontológicos instalados nas Unidades Básicas de Saúde e demais estabelecimentos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, sendo indispensáveis para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços ofertados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

A demanda é permanente e recorrente, uma vez que os materiais são consumidos diariamente durante a execução dos procedimentos clínicos realizados pelos profissionais de odontologia, exigindo abastecimento



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

contínuo para evitar interrupções nos atendimentos e prejuízos à assistência prestada à população.

Além disso, a contratação busca assegurar condições adequadas de trabalho às equipes de saúde bucal, permitindo a execução dos procedimentos de forma segura, eficiente e em conformidade com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis ao setor.

O fornecimento parcelado mostra-se necessário para possibilitar melhor gerenciamento dos estoques, adequação das entregas às necessidades efetivas da Administração Pública, redução de desperdícios, minimização de perdas por vencimento de produtos e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

A ausência da contratação poderá ocasionar desabastecimento dos consultórios odontológicos, comprometendo diretamente a execução dos atendimentos, a continuidade dos serviços de saúde bucal e o cumprimento das políticas públicas de saúde desenvolvidas pelo Município.

Dessa forma, resta evidenciada a necessidade da contratação, considerando a essencialidade dos materiais odontológicos para manutenção dos serviços públicos de saúde, a continuidade da assistência à população e o atendimento do interesse público municipal.

#### **04 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, II.**

A contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, legais e sanitários necessários ao adequado fornecimento dos materiais odontológicos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA.

Os materiais odontológicos a serem fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência, observando padrões de qualidade, segurança, desempenho e durabilidade compatíveis com a finalidade a que se destinam.

Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer indício de adulteração, recondicionamento, reutilização ou defeito de fabricação, devendo ser entregues em perfeitas condições de uso e acondicionamento.

Os materiais deverão possuir registro, cadastro, notificação ou dispensa junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando exigido pela legislação aplicável ao respectivo produto.

Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente.

Os materiais fornecidos deverão possuir prazo de validade mínimo correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total na



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

data da entrega, salvo quando tecnicamente justificado e previamente aceito pela Administração.

A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos, responsabilizando-se pela substituição daqueles que apresentarem defeitos, vícios, irregularidades, avarias, divergências de especificação ou qualquer inconformidade identificada pela Administração Pública.

Os materiais deverão ser entregues de forma parcelada, conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, observando os quantitativos, prazos e locais de entrega definidos pela Administração.

A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Administração Pública Municipal.

Os produtos recusados pela fiscalização em razão de defeitos, avarias, irregularidades, inadequação às especificações ou desconformidade com as exigências da contratação deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, sem qualquer ônus para a Administração.

A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto da contratação, garantindo regularidade no fornecimento, reposição dos produtos quando necessária e atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde durante toda a vigência contratual.

Os materiais fornecidos deverão observar as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Ministério da Saúde, Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quando aplicáveis, bem como demais legislações e regulamentações pertinentes ao objeto contratado.

A contratação deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público, segurança sanitária e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **05 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:**

**Base legal: Art. 18, §1º, III e V.**

A estimativa das quantidades foi elaborada com base no histórico de consumo dos materiais odontológicos pelas unidades de saúde do Município de Quijingue/BA, na demanda operacional das equipes de saúde bucal, no quantitativo de atendimentos realizados pela rede municipal de saúde e na necessidade de manutenção contínua dos serviços odontológicos ofertados à população.

Os quantitativos estimados consideram a utilização dos materiais em procedimentos preventivos, restauradores, cirúrgicos, periodontais, endodônticos, radiográficos e demais atendimentos realizados pelos profissionais da odontologia vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A definição das quantidades buscou assegurar abastecimento adequado das unidades de saúde durante o período contratual, evitando desabastecimentos que possam comprometer a continuidade dos serviços, bem como prevenindo aquisições excessivas que possam gerar desperdícios ou perdas decorrentes do vencimento dos produtos.

A estimativa das quantidades encontra-se consolidada conforme demonstrado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
1	Resina a3b forma	UNIDADES	60
2	Resina a2d forma	UNIDADES	40
3	Resina a2b forma	UNIDADES	60
4	Resina opallis flow a2	UNIDADES	60
5	Rolo para esterilização (papel grau cirúrgico) 30CMx50M	UNIDADES	12
6	Anestésico Mepivacaina 3% sem vaso, caixa com 50 unidades.	CAIXAS	50
7	Anestésico lidocaína com epinefrina (20mg/ml +1.100.000 (10,0 µg/mL) com vaso, caixa com 50 unidades.	CAIXAS	300
8	Cimento cirúrgico em Pó 50g	UNIDADES	30
9	Anestésico tópico benzocaína 200mg/g bisnaga 12g	UNIDADES	150
10	Kit polimento de resina completo	UNIDADES	40
11	Edta solução 20ml	UNIDADES	14
12	Pasta de polimento, espessante, surfactante, abrasivos, conservante, aromatizante, adoçantes, estruturante, flúor e água deionizada, com 90g.	UNIDADES	30
13	Sugador descartável	UNIDADES	3000
14	Tira de lixa abrasiva em aço 4mm pct c/ 12 unidades.	PACOTES	60
15	Água oxigenada 10V 1000ml	FRASCOS	20
16	Pedra pomes fina 100g	UNIDADES	50
17	Compressa de gaze 7,5 X 7,5 09F N/E, Pacote com 500g	PACOTES	350
18	Adesivo ambar 4ml	UNIDADES	50
19	Abaixador de língua Pct c/100 und	PACOTES	40
20	Kit cirúrgicos Estéril 30g	PACOTES	50
21	Endo Ice Spray Para Teste de Vitalidade 200ml	UNIDADES	60





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
22	Fita Banda matriz metálica 0,05x5 mm x 50 cm	UNIDADES	60
23	Hidrocortisona 10mg + Sulfato de Neomicina 5mg + Sulfato de Polimixina B 10000UI Solução Otológica 10ml	UNIDADES	30
24	Fio dental 50m	UNIDADES	40
25	Fio de sutura seda com agulha 2-0, 1/2 CIR. CIL. 2.0 cm 45cm, caixa com com 24 unidades.	CAIXAS	100
26	Selante, seringa com 3g	UNIDADES	60
27	Solução Hemostático, Frasco 10ml	UNIDADES	40
28	Verniz de Flúor - Embalagem com 10ml + Solvente com 10ml	UNIDADES	30
29	Cimento de hidróxido de cálcio - Embalagem com 1 tubo de pasta base com 13g e 1 tubo de pasta catalisadora com 11g.	UNIDADES	50
30	Filme radiográfico (periapical), Caixa com 150 unidades	CAIXAS	15
31	Revelador Radiográfico Manual 500ml	UNIDADES	30
32	Fixador Radiográfico, frasco 500ml	UNIDADES	30
33	Broca cirurgica (zekrya)	UNIDADES	60
34	Broca nº 1012 odontológica, aço inoxidável, esférica, acabamento de reparo odontológico, alta rotação, para reparo, diamantada.	UNIDADES	100
35	Broca nº 1014 odontológica, aço inoxidável, esférica, acabamento de reparo odontológico, alta rotação, para reparo, diamantada.	UNIDADES	100
36	Broca nº 1016. Odontológica, aço inoxidável, esférica, geral em odontologia, alta rotação.	UNIDADES	150
37	Broca nº 1035. Odontológica, aço inoxidável, alta rotação.	UNIDADES	150
38	Broca nº 1036. Odontológica, aço inoxidável, alta rotação.	UNIDADES	150
39	Broca nº 1046 odontológica, aço inoxidável, carretel, geral em odontologia, alta rotação.	UNIDADES	150
40	Broca nº 3118 odontológica, material aço inoxidável, tipo chama, aplicação acabamento de grana fina, tipo ponta diamantada.	UNIDADES	150



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
41	Broca nº 3118 f odontológica, material aço inoxidável, tipo chama, aplicação acabamento de grana ultrafina, tipo ponta diamantada.	UNIDADES	150
42	Broca nº 3168f. Odontológica, aço inoxidável, alta rotação.	UNIDADES	150
43	Broca nº 3195f. Odontológica, aço inoxidável, alta rotação.	UNIDADES	150
44	Broca nº 4138. Odontológica, aço inoxidável, alta rotação.	UNIDADES	150
45	Cunhas de madeira anatômicas, uniformes, sem rebarbas ou arestas, sortidas e coloridas. Pacotes com 100 unidades.	UNIDADES	50
46	Enxaguatório bucal de ação antiséptica, com gluconato de clorexidina a 0,12%, embalagem de 01l, sem álcool.	UNIDADES	50
47	Pasta profilática 90g	UNIDADES	100
48	Filme radiográfico periapicais infantil com 100 unid.	CAIXAS	100
49	Pincel Micro Aplicador Fino Verde Brush, caixa com 100 unidades.	CAIXAS	300
50	Lubrificante Spray para Alta e Baixa Rotação Dental 200 ml.	UNIDADES	60
51	Fio, para sutura, em nylon monofilamento n.º 3-0 c/ag. 3cm. Caixa com 24 unidades.	CAIXAS	300
52	Fio de sutura seda n.º 4-0 c/ag 1,7cm cx c/24.	CAIXAS	20
53	Fita, adesiva para autoclave, dimensões 19 mm x 30 m, resistente a alta temperatura. Rolo	UNIDADES	300
54	Formocresol 10ml.	UNIDADES	60
55	Condicionador ácido gel (ataque ácido), na cor azul, à base de ácido fosfórico a 37% em seringa de 2,5 ml com agulha curta sem bisel, que apresente viscosidade suficiente para fluir sem apresentar escoamento em áreas indesejáveis e solúvel em água (pct c/ 03 seringas).	PACOTES	250
56	Água Destilada, Galão com 5 Litros	UNIDADES	300
57	Cimento Provisorio Coltosol F 38g.	UNIDADES	50



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
58	Algodão em rolete, rolete dental, número 2, mais espesso e macio, pacote com 100 unidades pacote	PACOTES	300
59	Agulha odontológica, material aço inoxidável siliconizado, aplicação gengival/anestesia, dimensão 30 g extra curta, tipo ponta* com bisel trifacetado, tipo conexão conector p/ seringa carpule, tipo uso estéril, descartável, apresentação c/ protetor plástico e lacre, caixa c/ 100 unidades	CAIXAS	300
60	Luva Cirúrgica Estéril de Látex com Pó Pouch Plástico, Tamanho 7,5. Pacote com 1 par.	PACOTES	100
61	Fluor Gel Neutro 200ml.	UNIDADES	50
62	Resina Universal Filtek Z250 XT Duopack – A1.	UNIDADES	50
63	Resina Universal Filtek Z250 XT Duopack – A2.	UNIDADES	50
64	Cimento obturador provisório coltosol 20g.	UNIDADES	35

Os quantitativos apresentados foram definidos a partir da análise das necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, histórico de consumo dos materiais odontológicos e previsão de atendimentos a serem realizados durante o período da futura contratação, sendo considerados suficientes para assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços de saúde bucal prestados à população do Município de Quijingue/BA.

#### **06 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**Base legal: Art. 18, §1º, IV.**

Para atendimento da necessidade identificada, foi realizado levantamento das soluções disponíveis no mercado visando identificar a alternativa mais adequada para o fornecimento dos materiais odontológicos necessários à manutenção dos serviços de saúde bucal do Município de Quijingue/BA.

Durante o levantamento, verificou-se a existência de diversas empresas especializadas na comercialização e distribuição de materiais odontológicos, aptas a fornecer os produtos necessários ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, demonstrando ampla disponibilidade de fornecedores e adequada competitividade para a futura contratação.

Foram avaliadas as seguintes alternativas:

#### **Alternativa 01 – Aquisição eventual e individualizada dos materiais conforme surgimento das demandas.**

Esta alternativa foi considerada inadequada, tendo em vista que a realização de aquisições isoladas e frequentes poderia comprometer o planejamento das ações administrativas, aumentar custos operacionais,



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

dificultar o controle de estoque e gerar riscos de desabastecimento das unidades de saúde.

**Alternativa 02 – Formação de estoque para aquisição integral de todos os materiais em uma única entrega.**

Embora possibilite disponibilidade imediata dos produtos, esta alternativa apresenta riscos relacionados ao armazenamento prolongado, perdas decorrentes de vencimento, deterioração de materiais, necessidade de ampliação da capacidade de estocagem e imobilização excessiva de recursos públicos.

**Alternativa 03 – Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado dos materiais odontológicos, conforme demanda da Administração.**

Esta alternativa mostrou-se a mais vantajosa para a Administração Pública, pois permite abastecimento contínuo das unidades de saúde, melhor controle dos estoques, adequação das aquisições às necessidades efetivamente apresentadas, redução de desperdícios, maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e garantia da continuidade dos serviços odontológicos.

Verificou-se ainda que o fornecimento parcelado constitui prática amplamente adotada pela Administração Pública em contratações semelhantes, especialmente em razão da natureza consumível dos materiais odontológicos e da necessidade de reposição contínua dos estoques.

O levantamento demonstrou que o mercado possui número suficiente de fornecedores aptos a atender integralmente o objeto pretendido, não havendo restrições relevantes de competitividade ou limitações técnicas que inviabilizem a futura contratação.

Dessa forma, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da necessidade identificada consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de materiais odontológicos, conforme especificações e quantitativos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo economicidade, eficiência administrativa, continuidade dos serviços públicos e atendimento do interesse público.

**07 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, V e Art. 23.**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em observância às disposições do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante realização de pesquisa de preços compatível com o objeto pretendido, considerando parâmetros de mercado e demais fontes admitidas pela legislação vigente.

Para formação do valor estimado foram considerados os quantitativos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, observando-se as necessidades operacionais das unidades de saúde, o histórico de consumo



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

dos materiais odontológicos e a demanda projetada para o período da contratação.

A pesquisa mercadológica foi realizada utilizando metodologia compatível com a natureza do objeto, contemplando levantamento de preços praticados no mercado, consultas a fornecedores do ramo, contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e demais fontes admitidas pela legislação aplicável.

O valor estimado da contratação corresponde a **R\$ 294.125,41 (duzentos e noventa e quatro mil, cento e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos)**, conforme levantamento de preços e mapa comparativo elaborados pelo setor competente.

A estimativa de preços tem por finalidade subsidiar o planejamento da contratação, definição da disponibilidade orçamentária, escolha da modalidade licitatória, elaboração dos instrumentos da fase preparatória e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Ressalta-se que o valor estimado possui caráter referencial, podendo os valores contratados variar em função da disputa competitiva do procedimento licitatório, observadas as condições estabelecidas no edital e na legislação vigente.

Conclui-se que o valor estimado apurado mostra-se compatível com os preços praticados no mercado para objetos de mesma natureza, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **08 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de materiais odontológicos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA, visando garantir o abastecimento contínuo das unidades de saúde, consultórios odontológicos e equipes de saúde bucal da rede municipal.

A contratação contemplará o fornecimento dos materiais odontológicos constantes da planilha de quantitativos elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde, abrangendo insumos utilizados em procedimentos preventivos, restauradores, cirúrgicos, periodontais, endodônticos, radiográficos e demais atendimentos odontológicos realizados no âmbito da rede municipal de saúde.

A execução ocorrerá de forma parcelada, mediante emissão de Ordens de Fornecimento pela Administração Pública, permitindo que as aquisições sejam realizadas conforme as necessidades efetivamente verificadas durante a vigência contratual.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Os materiais fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, observando padrões de qualidade, segurança, desempenho, acondicionamento e conformidade com as normas sanitárias aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

A solução adotada permitirá maior eficiência na gestão dos estoques, redução de desperdícios, minimização de perdas decorrentes de vencimento dos produtos, melhor planejamento das aquisições e maior racionalização dos recursos públicos destinados à manutenção dos serviços odontológicos municipais.

O fornecimento parcelado também possibilita maior flexibilidade administrativa, permitindo adequação das entregas à demanda real das unidades de saúde, evitando aquisições excessivas e garantindo a disponibilidade contínua dos insumos necessários à prestação dos serviços de saúde bucal.

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório, assegurando ampla competitividade, observância dos princípios da isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e atendimento das disposições previstas na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de materiais odontológicos representa a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, assegurando a continuidade dos serviços públicos de saúde bucal, o adequado funcionamento das unidades de saúde e o atendimento do interesse público municipal.

#### **09 - JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA**

**Base legal: Art. 58 da Lei nº 14.133/2021**

Considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação e a necessidade de assegurar maior segurança jurídica ao procedimento licitatório, entende-se recomendável a exigência de garantia de proposta, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

A medida tem por finalidade conferir maior comprometimento dos licitantes com as propostas apresentadas, reduzindo riscos de desistências injustificadas, recusas em assinar a ata de registro de preços ou o contrato administrativo, bem como situações que possam comprometer o regular andamento do procedimento licitatório e a satisfação do interesse público.

A contratação envolve o fornecimento de materiais odontológicos indispensáveis à manutenção dos serviços de saúde bucal ofertados pelo Município, de modo que eventual desistência da licitante vencedora poderá ocasionar atrasos na contratação, prejuízos ao planejamento administrativo e riscos de desabastecimento das unidades de saúde.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A garantia de proposta também atua como instrumento de proteção da Administração Pública contra condutas que possam comprometer a seriedade da disputa, contribuindo para a seleção de licitantes efetivamente aptos e comprometidos com a futura execução contratual.

A exigência observará os limites e condições previstos no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, não possuindo caráter restritivo à competitividade, mas sim mecanismo legítimo de mitigação de riscos, amplamente admitido pela legislação vigente.

Dessa forma, a exigência de garantia de proposta mostra-se adequada, proporcional e compatível com o interesse público envolvido na contratação, contribuindo para maior segurança, confiabilidade e efetividade do procedimento licitatório.

#### **10 - RESULTADOS PRETENDIDOS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, VII.**

A presente contratação tem como principal resultado assegurar o abastecimento contínuo e adequado de materiais odontológicos necessários ao funcionamento dos serviços de saúde bucal ofertados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA.

Pretende-se garantir a continuidade dos atendimentos odontológicos realizados nas Unidades Básicas de Saúde e demais estabelecimentos da rede municipal, evitando interrupções decorrentes da falta de insumos indispensáveis à execução dos procedimentos clínicos e assistenciais.

Busca-se proporcionar melhores condições de trabalho às equipes de saúde bucal, assegurando a disponibilidade dos materiais necessários à realização de procedimentos preventivos, restauradores, cirúrgicos, periodontais, endodônticos, radiográficos e demais atendimentos odontológicos.

A contratação também visa promover maior eficiência na gestão dos estoques da Secretaria Municipal de Saúde, permitindo reposição contínua dos materiais, melhor planejamento das aquisições e redução de desperdícios decorrentes de armazenamento inadequado ou vencimento de produtos.

Como resultado institucional, pretende-se fortalecer as ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal da população, ampliando a capacidade operacional dos serviços odontológicos municipais e contribuindo para melhoria da qualidade da assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

A solução adotada também busca assegurar maior economicidade na aplicação dos recursos públicos, mediante aquisição planejada,



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

fornecimento parcelado e adequada gestão dos insumos utilizados pela rede municipal de saúde.

Espera-se ainda garantir regularidade, eficiência, qualidade e continuidade dos serviços públicos de saúde bucal, contribuindo para o cumprimento das metas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde e para o fortalecimento das políticas públicas de saúde desenvolvidas pelo Município.

Dessa forma, os resultados pretendidos consistem na manutenção do abastecimento das unidades de saúde, continuidade dos atendimentos odontológicos, melhoria da gestão dos materiais, fortalecimento da assistência à população e atendimento eficiente do interesse público, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **11 - PARCELAMENTO DO OBJETO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, VIII e Art. 40, V, “b”.**

Após análise das características do objeto, das condições de mercado e da necessidade administrativa identificada, conclui-se que o parcelamento da contratação mostra-se técnica e economicamente recomendável.

O objeto consiste no fornecimento parcelado de materiais odontológicos compostos por diversos itens com características, finalidades, especificações técnicas e aplicações distintas, amplamente comercializados por fornecedores especializados do segmento odontológico.

A adoção do parcelamento por itens ou grupos de itens possibilita ampliação da competitividade do certame, permitindo a participação de um maior número de fornecedores, inclusive empresas de menor porte, em conformidade com os princípios da isonomia, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O parcelamento também contribui para obtenção de melhores condições comerciais, uma vez que possibilita disputa individualizada entre fornecedores especializados em determinados segmentos de materiais odontológicos, favorecendo a redução dos preços ofertados e a maximização da vantajosidade da contratação.

Verificou-se que a divisão do objeto não compromete a funcionalidade, a padronização, a compatibilidade técnica ou a adequada execução contratual, sendo plenamente possível o fornecimento dos materiais por diferentes fornecedores, sem prejuízo ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Além disso, a natureza dos materiais odontológicos permite fornecimento independente dos diversos itens que compõem a contratação, inexistindo interdependência técnica que justifique a contratação em lote único.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Dessa forma, em observância ao disposto no art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que o parcelamento do objeto constitui medida tecnicamente viável, economicamente vantajosa e compatível com o interesse público, devendo a futura licitação observar a divisão dos itens de forma a ampliar a competitividade e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

## **12 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, X.**

A presente contratação possui relação direta com as ações e serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA, especialmente aqueles vinculados à Atenção Primária à Saúde, Saúde Bucal e demais programas assistenciais executados no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Consideram-se contratações correlatas aquelas destinadas ao fornecimento de medicamentos, materiais hospitalares, insumos laboratoriais, equipamentos odontológicos, manutenção de equipamentos odontológicos, prestação de serviços especializados em saúde, bem como demais aquisições necessárias ao funcionamento das unidades de saúde municipais.

Registra-se que o Município possui histórico de contratações semelhantes destinadas ao abastecimento dos serviços odontológicos, a exemplo da Ata de Registro de Preços nº 011/2025SRP, oriunda do Pregão Eletrônico nº 011/2025, destinada ao fornecimento de diversos materiais odontológicos para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

A presente contratação não substitui integralmente outras contratações correlatas eventualmente existentes, mas visa assegurar a continuidade do abastecimento dos materiais odontológicos necessários ao funcionamento regular dos consultórios odontológicos e à manutenção dos atendimentos prestados à população.

Ressalta-se que a futura contratação guarda compatibilidade com as demais aquisições e serviços executados pela Secretaria Municipal de Saúde, integrando o conjunto de medidas administrativas necessárias para garantir a adequada prestação dos serviços públicos de saúde bucal.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação encontra-se inserida em contexto de ações complementares e correlatas voltadas à manutenção da assistência odontológica municipal, contribuindo para a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados à população do Município de Quijingue/BA.

## **13 - PREVISÃO NO PLANEJAMENTO:**

**Base legal: Art. 18 e Art. 12, VII.**

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Quijingue/BA, estando diretamente relacionada à manutenção dos serviços públicos de saúde bucal ofertados à população.

A aquisição dos materiais odontológicos visa assegurar o abastecimento contínuo dos consultórios odontológicos, Unidades Básicas de Saúde e demais estabelecimentos vinculados à rede municipal de saúde, contribuindo para a execução das políticas públicas de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal.

A contratação guarda compatibilidade com os objetivos institucionais da Administração Pública Municipal, especialmente aqueles voltados à garantia da continuidade dos serviços assistenciais prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, atendendo às necessidades permanentes da Secretaria Municipal de Saúde.

Os materiais odontológicos objeto da contratação constituem insumos essenciais para a execução das atividades desenvolvidas pelas equipes de saúde bucal, razão pela qual sua aquisição integra as ações de planejamento voltadas à manutenção da capacidade operacional dos serviços de odontologia municipal.

Nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, a contratação observa o dever de compatibilização com o planejamento das contratações públicas, buscando assegurar eficiência administrativa, racionalização dos recursos públicos e adequada prestação dos serviços à população.

Caso o objeto ainda não esteja formalmente consolidado no Plano de Contratações Anual – PCA, registra-se que o Município encontra-se em processo contínuo de aperfeiçoamento e consolidação dos instrumentos de planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, não constituindo tal circunstância impedimento para a realização da contratação, diante da necessidade administrativa devidamente demonstrada e do relevante interesse público envolvido.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação encontra-se compatível com o planejamento administrativo municipal, com as ações da Secretaria Municipal de Saúde e com os objetivos institucionais voltados à manutenção e fortalecimento dos serviços públicos de saúde bucal ofertados à população do Município de Quijingue/BA.

#### **14 - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:**

**Base legal: art. 18, § 1º, incisos IV, VI e VII; Art. 28 e art. 5º CF.**

Após a realização do levantamento de mercado e análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa identificada, concluiu-se que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de materiais odontológicos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Foram avaliadas alternativas como aquisições eventuais e individualizadas, formação de estoque integral para atendimento de toda a demanda anual e fornecimento parcelado mediante contratação específica. Após análise técnica, operacional e econômica, verificou-se que o fornecimento parcelado apresenta a melhor relação entre custo, eficiência administrativa, continuidade do abastecimento e gestão dos recursos públicos.

A aquisição parcelada permite que a Administração realize as solicitações conforme a demanda efetivamente verificada durante a execução contratual, promovendo maior controle dos estoques, redução de desperdícios, minimização de perdas por vencimento dos produtos e melhor planejamento das aquisições públicas.

A solução escolhida também assegura maior flexibilidade administrativa, permitindo reposição contínua dos materiais utilizados pelas equipes de saúde bucal e evitando desabastecimentos que possam comprometer a continuidade dos atendimentos odontológicos prestados à população.

Sob o aspecto econômico, a contratação possibilita ampla competitividade entre fornecedores especializados do segmento odontológico, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública e contribuindo para a observância dos princípios da economicidade e eficiência.

Sob o aspecto operacional, a solução garante o abastecimento regular dos consultórios odontológicos, Unidades Básicas de Saúde e demais estabelecimentos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, assegurando condições adequadas para execução dos procedimentos preventivos, restauradores, cirúrgicos, periodontais, endodônticos e radiográficos realizados pelas equipes de saúde bucal.

A escolha da solução também encontra respaldo nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento e supremacia do interesse público, previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, considerando os resultados do levantamento de mercado, a natureza dos materiais odontológicos, a necessidade de abastecimento contínuo das unidades de saúde e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de materiais odontológicos representa a solução mais adequada, eficiente, econômica e compatível com o interesse público municipal.

#### **15 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, IX.**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Para a adequada implementação da contratação pretendida, a Administração Pública deverá adotar previamente as providências necessárias à instrução do processo licitatório e à futura execução contratual, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Deverão ser concluídos os documentos da fase preparatória da contratação, incluindo Documento de Formalização de Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência, pesquisa de preços, mapa comparativo de preços e demais peças necessárias à regular instrução do processo administrativo.

A Administração deverá verificar a existência de disponibilidade orçamentária e financeira suficiente para suportar as despesas decorrentes da futura contratação, observando as normas de execução orçamentária e financeira vigentes.

Também deverá ser realizada a definição dos responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo adequado acompanhamento da execução do fornecimento.

As unidades requisitantes deverão promover o levantamento atualizado das necessidades de consumo dos materiais odontológicos, visando compatibilizar as quantidades estimadas com a demanda efetiva da rede municipal de saúde.

Deverão ser definidos os locais de entrega, procedimentos de recebimento, rotinas de conferência dos produtos e mecanismos de controle de estoque, de modo a assegurar adequada gestão dos materiais fornecidos.

A Secretaria Municipal de Saúde deverá manter equipe responsável pelo acompanhamento do recebimento dos materiais, verificação das especificações técnicas, conferência de validade dos produtos e fiscalização da execução contratual.

Não se verifica a necessidade de realização de obras, adequações estruturais, aquisição de equipamentos adicionais, treinamentos especializados ou outras medidas complexas para viabilizar a execução da contratação, uma vez que o Município já dispõe da estrutura administrativa e operacional necessária para recebimento, armazenamento, controle e utilização dos materiais odontológicos objeto da futura contratação.

Dessa forma, conclui-se que as providências prévias necessárias à implementação da solução são de natureza administrativa e encontram-se ao alcance da Administração Pública Municipal, não havendo impedimentos técnicos ou operacionais relevantes para a realização da contratação pretendida.

#### **16 - IMPACTOS AMBIENTAIS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, XII.**

A presente contratação refere-se ao fornecimento parcelado de materiais odontológicos destinados à manutenção dos serviços de saúde



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

bucal do Município de Quijingue/BA, não estando associada diretamente à execução de atividades potencialmente poluidoras ou causadoras de impactos ambientais significativos.

Entretanto, em razão da natureza dos materiais a serem adquiridos, poderão ocorrer impactos ambientais indiretos relacionados à geração de resíduos provenientes de embalagens, materiais descartáveis, produtos químicos odontológicos e demais insumos utilizados durante a execução dos procedimentos clínicos realizados pelas unidades de saúde.

Os resíduos decorrentes da utilização dos materiais odontológicos deverão receber destinação ambientalmente adequada, observando as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais legislações aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

Os materiais fornecidos deverão, sempre que possível, ser acondicionados em embalagens adequadas, seguras e compatíveis com as exigências sanitárias e ambientais vigentes, contribuindo para redução de desperdícios e adequada conservação dos produtos.

A contratada deverá observar a legislação ambiental aplicável à fabricação, comercialização, transporte e distribuição dos materiais odontológicos, responsabilizando-se pela regularidade dos produtos fornecidos perante os órgãos competentes.

A Administração Pública, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, adotará procedimentos de segregação, acondicionamento, armazenamento temporário, coleta e destinação final dos resíduos gerados nas unidades de saúde, em conformidade com o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS e demais normas aplicáveis.

A presente contratação contribui para manutenção das ações de promoção e recuperação da saúde da população, apresentando impactos ambientais controláveis e mitigáveis mediante observância das normas sanitárias e ambientais vigentes.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são reduzidos e passíveis de gerenciamento por meio da adoção de boas práticas de gestão ambiental, manejo adequado dos resíduos gerados e cumprimento da legislação aplicável, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **17 - MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, X.**

A análise de riscos foi realizada com o objetivo de identificar eventos que possam comprometer o adequado planejamento da contratação, o fornecimento dos materiais odontológicos e a continuidade dos serviços de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

saúde bucal do Município de Quijingue/BA, permitindo a adoção prévia de medidas preventivas e mitigadoras.

<b>RISCO IDENTIFICADO</b>	<b>PROBABILIDADE</b>	<b>IMPACTO</b>	<b>MEDIDAS PREVENTIVAS E MITIGADORAS</b>
Fracasso ou deserto do procedimento licitatório	Baixa	Alto	Elaboração adequada dos documentos da fase preparatória, pesquisa de preços compatível com o mercado e ampla divulgação do certame.
Apresentação de propostas inexecutáveis	Média	Alto	Aplicação do art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021, realização de diligências e exigência de comprovação da exequibilidade quando necessário.
Desistência da empresa vencedora após adjudicação	Média	Alto	Exigência de garantia de proposta nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021 e aplicação das sanções cabíveis.
Atraso na entrega dos materiais	Média	Alto	Definição de prazos claros de entrega, fiscalização contratual permanente e aplicação de penalidades em caso de descumprimento.
Entrega de produtos em desacordo com as especificações	Média	Alto	Conferência dos produtos no recebimento, fiscalização técnica e rejeição dos itens incompatíveis com o Termo de Referência.
Entrega de produtos com validade insuficiente	Média	Médio	Exigência de prazo mínimo de validade e conferência no momento do recebimento dos materiais.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

<b>RISCO IDENTIFICADO</b>	<b>PROBABILIDADE</b>	<b>IMPACTO</b>	<b>MEDIDAS PREVENTIVAS E MITIGADORAS</b>
Desabastecimento dos estoques municipais	Média	Alto	Planejamento adequado das aquisições, acompanhamento do consumo e emissão tempestiva das Ordens de Fornecimento.
Oscilação significativa dos preços de mercado	Média	Médio	Pesquisa de preços robusta, planejamento da contratação e utilização de Sistema de Registro de Preços, quando aplicável.
Fornecedor sem capacidade operacional para atender a demanda	Baixa	Alto	Exigência de qualificação técnica compatível com o objeto e verificação das condições de habilitação da licitante.
Fornecimento de produtos sem registro ou regularização sanitária	Baixa	Alto	Exigência de conformidade com as normas da ANVISA e fiscalização documental durante a execução contratual.
Interrupção dos atendimentos odontológicos por falta de materiais	Média	Alto	Controle permanente dos estoques, monitoramento do consumo e planejamento antecipado das reposições.
Falhas na fiscalização contratual	Baixa	Médio	Designação formal de fiscal e gestor do contrato, além da adoção de rotinas de acompanhamento da execução contratual.
Recebimento de materiais avariados ou danificados	Média	Médio	Conferência física dos produtos no ato da entrega e exigência de substituição imediata dos itens inadequados.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDAS PREVENTIVAS E MITIGADORAS
Descumprimento contratual pela empresa fornecedora	Média	Alto	Fiscalização contínua, notificações formais e aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

Conclui-se que os riscos identificados são compatíveis com a natureza da contratação e podem ser adequadamente mitigados por meio de planejamento, fiscalização eficiente, definição clara das obrigações contratuais, exigência de qualificação compatível dos fornecedores e adoção das medidas preventivas previstas nos instrumentos da contratação.

A implementação das medidas de controle descritas permitirá reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos identificados e assegurar a continuidade dos serviços de saúde bucal prestados pelo Município, em observância aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **18 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, XIII.**

Após a realização dos estudos técnicos, levantamento de mercado, análise das necessidades administrativas, definição dos quantitativos estimados, avaliação dos aspectos operacionais, financeiros e dos riscos envolvidos, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de materiais odontológicos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, econômico e jurídico.

A necessidade da contratação restou devidamente demonstrada, considerando que os materiais odontológicos constituem insumos essenciais para a manutenção dos serviços de saúde bucal prestados à população, sendo indispensáveis à realização dos procedimentos clínicos, preventivos, restauradores, cirúrgicos, periodontais, endodônticos e radiográficos desenvolvidos pelas equipes de saúde bucal da rede municipal de saúde.

O levantamento de mercado evidenciou a existência de ampla oferta de fornecedores aptos ao atendimento do objeto pretendido, demonstrando viabilidade concorrencial e condições favoráveis à realização do procedimento licitatório, possibilitando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A solução escolhida, consistente no fornecimento parcelado dos materiais odontológicos, mostrou-se a alternativa mais adequada para atendimento da demanda, permitindo abastecimento contínuo das unidades



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

de saúde, melhor controle dos estoques, redução de desperdícios, racionalização das aquisições e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

A estimativa do valor da contratação demonstrou compatibilidade com os preços praticados no mercado, atendendo aos critérios estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e evidenciando a viabilidade econômica da contratação pretendida.

A análise de riscos realizada identificou eventos passíveis de ocorrência durante a contratação e execução do objeto, concluindo que todos podem ser adequadamente mitigados mediante adoção das medidas preventivas e mecanismos de controle previstos nos instrumentos da contratação.

Verificou-se ainda que a contratação está alinhada ao interesse público, às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, às ações de fortalecimento da atenção básica e às políticas públicas de saúde desenvolvidas pelo Município, contribuindo diretamente para a continuidade e qualidade dos serviços odontológicos ofertados à população.

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade da contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo e a adoção das providências necessárias à realização do procedimento licitatório, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

**Quijingue/BA, em 03 de junho de 2026.**

**Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre**  
**Secretária Municipal de Saúde**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026**  
**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**01 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 6º, XXIII e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.**

1.1. Constitui objeto da presente contratação a contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de materiais odontológicos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA.

**LOTE 01 – RESINAS, ADESIVOS, SELANTES E MATERIAIS RESTAURADORES**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR ORÇADO
1	ADESIVO AMBAR 4ML	UNIDADES	50	R\$ 60,81
2	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO - EMBALAGEM COM 1 TUBO DE PASTA BASE COM 13G E 1 TUBO DE PASTA CATALISADORA COM 11G.	UNIDADES	50	R\$ 53,44
3	CIMENTO OBTURADOR PROVISÓRIO COLTOSOL 20G.	UNIDADES	35	R\$ 39,78
4	CIMENTO PROVISORIO COLTOSOL F 38G.	UNIDADES	50	R\$ 53,14
5	KIT POLIMENTO DE RESINA COMPLETO	UNIDADES	40	R\$ 121,52
6	RESINA A2B FORMA	UNIDADES	60	R\$ 53,00
7	RESINA A2D FORMA	UNIDADES	40	R\$ 120,82
8	RESINA A3B FORMA	UNIDADES	60	R\$ 122,61
9	RESINA OPALLIS FLOW A2	UNIDADES	60	R\$ 37,82
10	RESINA UNIVERSAL FILTEK Z250 XT DUOPACK – A1.	UNIDADES	50	R\$ 162,33
11	RESINA UNIVERSAL FILTEK Z250 XT DUOPACK – A2.	UNIDADES	50	R\$ 153,17
12	SELANTE, SERINGA COM 3G	UNIDADES	60	R\$ 12,10

**LOTE 02 – ANESTÉSICOS E MEDICAMENTOS ODONTOLÓGICOS**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR ORÇADO
1	ANESTESICO LIDOCAÍNA COM EPINEFRINA (20MG/ML + 1.100.000 (10,0 MG/ML) COM VASO, CAIXA COM 50 UNIDADES.	CAIXAS	300	R\$ 136,57
2	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 3% SEM VASO, CAIXA COM 50 UNIDADES.	CAIXAS	50	R\$ 165,28
3	ANESTÉSICO TÓPICO BENZOCAÍNA 200MG/G BISNAGA 12G	UNIDADES	150	R\$ 12,85
4	FLUOR GEL NEUTRO 200ML.	UNIDADES	50	R\$ 4,84
5	FORMOCRESOL 10ML.	UNIDADES	60	R\$ 11,77
6	HIDROCORTISONA 10MG + SULFATO DE NEOMICINA 5MG + SULFATO DE POLIMIXINA B 10000UI SOLUÇÃO OTOLÓGICA 10ML	UNIDADES	30	R\$ 19,02
7	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICO, FRASCO 10ML	UNIDADES	40	R\$ 18,33
8	VERNIZ DE FLÚOR - EMBALAGEM COM 10ML + SOLVENTE COM 10ML	UNIDADES	30	R\$ 26,77

**LOTE 03 – MATERIAIS DE CIRURGIA, SUTURA E PROCEDIMENTOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR ORÇADO
1	AGULHA ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, APLICAÇÃO GENGIVAL/ANESTESIA, DIMENSÃO 30 G EXTRA CURTA, TIPO PONTA COM BISEL TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO CONECTOR P/ SERINGA CARPULE, TIPO USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO C/ PROTETOR PLÁSTICO E LACRE, CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXAS	300	R\$ 47,82
2	CIMENTO CIRÚRGICO EM PÓ 50G	UNIDADES	30	R\$ 19,82
3	FIO DE SUTURA SEDA COM AGULHA 2-0, 1/2 CIR. CIL. 2.0 CM 45CM, CAIXA COM COM 24 UNIDADES.	CAIXAS	100	R\$ 49,15
4	FIO DE SUTURA SEDA N.º 4-0 C/AG 1,7CM CX C/24.	CAIXAS	20	R\$ 43,09



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR ORÇADO
5	FIO, PARA SUTURA, EM NYLON MONOFILAMENTO N.º 3-0 C/AG. 3CM. CAIXA COM 24 UNIDADES.	CAIXAS	300	R\$ 44,51
6	KIT CIRÚRGICOS ESTÉRIL 30G	PACOTES	50	R\$ 24,14

**LOTE 04 – RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR ORÇADO
1	FILME RADIOGRÁFICO (PERIAPICAL), CAIXA COM 150 UNIDADES	CAIXAS	15	R\$ 210,89
2	FILME RADIOGRÁFICO PERIAPICAIS INFANTIL COM 100 UNID.	CAIXAS	100	R\$ 351,67
3	FIXADOR RADIOGRÁFICO, FRASCO 500ML	UNIDADES	30	R\$ 25,32
4	REVELADOR RADIOGRÁFICO MANUAL 500ML	UNIDADES	30	R\$ 30,17

**LOTE 05 – BROCAS ODONTOLÓGICAS**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR ORÇADO
1	BROCA CIRURGICA (ZEKRYA)	UNIDADES	60	R\$ 29,82
2	BROCA Nº 1012 ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, ESFÉRICA, ACABAMENTO DE REPARO ODONTOLÓGICO, ALTA ROTAÇÃO, PARA REPARO, DIAMANTADA.	UNIDADES	100	R\$ 6,18
3	BROCA Nº 1014 ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, ESFÉRICA, ACABAMENTO DE REPARO ODONTOLÓGICO, ALTA ROTAÇÃO, PARA REPARO, DIAMANTADA.	UNIDADES	100	R\$ 7,76
4	BROCA Nº 1016. ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, ESFÉRICA, GERAL EM ODONTOLOGIA, ALTA ROTAÇÃO.	UNIDADES	150	R\$ 7,14
5	BROCA Nº 1035. ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, ALTA ROTAÇÃO.	UNIDADES	150	R\$ 8,44
6	BROCA Nº 1036. ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, ALTA ROTAÇÃO.	UNIDADES	150	R\$ 10,25





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR ORÇADO
7	BROCA Nº 1046 ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, CARRETEL, GERAL EM ODONTOLOGIA, ALTA ROTAÇÃO.	UNIDADES	150	R\$ 9,86
9	BROCA Nº 3118 F ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO CHAMA, APLICAÇÃO ACABAMENTO DE GRANA ULTRAFINA, TIPO PONTA DIAMANTADA.	UNIDADES	150	R\$ 15,42
8	BROCA Nº 3118 ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO CHAMA, APLICAÇÃO ACABAMENTO DE GRANA FINA, TIPO PONTA DIAMANTADA.	UNIDADES	150	R\$ 12,80
10	BROCA Nº 3168F. ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, ALTA ROTAÇÃO.	UNIDADES	150	R\$ 13,14
11	BROCA Nº 3195F. ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, ALTA ROTAÇÃO.	UNIDADES	150	R\$ 13,15
12	BROCA Nº 4138. ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, ALTA ROTAÇÃO.	UNIDADES	150	R\$ 6,02

**LOTE 06 – ESTERILIZAÇÃO, BIOSSEGURANÇA E DESCARTÁVEIS**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR ORÇADO
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA PCT C/100 UND	PACOTES	40	R\$ 9,17
2	AGUA DESTILADA, GALÃO COM 5 LITROS	UNIDADES	300	R\$ 18,61
3	ALGODÃO EM ROLETE, ROLETE DENTAL, NÚMERO 2, MAIS ESPESSO E MACIO, PACOTE COM 100 UNIDADES PACOTE	PACOTES	300	R\$ 3,82
4	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 09F N/E, PACOTE COM 500G	PACOTES	350	R\$ 10,65
5	FITA, ADESIVA PARA AUTOCLAVE, DIMENSÕES 19 MM X 30 M, RESISTENTE A ALTA TEMPERATURA. ROLO	UNIDADES	300	R\$ 6,71
6	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL DE LÁTEX COM PÓ POUCH PLÁSTICO, TAMANHO 7,5. PACOTE COM 1 PAR.	PACOTES	100	R\$ 1,85
7	ROLO PARA ESTERILIZAÇÃO (PAPEL GRAU CIRÚRGICO) 30CMX50M	UNIDADES	12	R\$ 111,37



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR ORÇADO
8	SUGADOR DESCARTÁVEL	UNIDADES	3000	R\$ 21,07

**LOTE 07 – ENDODONTIA, ACABAMENTO E CONSUMO CLÍNICO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR ORÇADO
1	ÁGUA OXIGENADA 10V 1000ML	FRASCOS	20	R\$ 9,07
2	CONDICIONADOR ÁCIDO GEL (ATAQUE ÁCIDO), NA COR AZUL, À BASE DE ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% EM SERINGA DE 2,5 ML COM AGULHA CURTA SEM BISEL, QUE APRESENTE VISCOSIDADE SUFICIENTE PARA FLUIR SEM APRESENTAR ESCOAMENTO EM ÁREAS INDESEJÁVEIS E SOLÚVEL EM ÁGUA (PCT C/ 03 SERINGAS).	PACOTES	250	R\$ 10,99
3	CUNHAS DE MADEIRA ANATÔMICAS, UNIFORMES, SEM REBARBAS OU ARESTAS, SORTIDAS E COLORIDAS. PACOTES COM 100 UNIDADES.	UNIDADES	50	R\$ 27,65
4	EDTA SOLUÇÃO 20ML	UNIDADES	14	R\$ 13,48
5	ENDO ICE SPRAY PARA TESTE DE VITALIDADE 200ML	UNIDADES	60	R\$ 44,58
6	ENXAGUATÓRIO BUCAL DE AÇÃO ANTISÉPTICA, COM GLUCONATO DE CLOREXIDINA A 0,12%, EMBALAGEM DE 01L, SEM ÁLCOOL.	UNIDADES	50	R\$ 27,24
7	FIO DENTAL 50M	UNIDADES	40	R\$ 11,67
8	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA 0,05X5 MM X 50 CM	UNIDADES	60	R\$ 1,76
9	LUBRIFICANTE SPRAY PARA ALTA E BAIXA ROTACÃO DENTAL 200 ML.	UNIDADES	60	R\$ 28,80
10	PASTA DE POLIMENTO, ESPESSANTE, SURFACTANTE, ABRASIVOS, CONSERVANTE, AROMATIZANTE, ADOÇANTES, ESTRUTURANTE, FLÚOR E ÁGUA DEIONIZADA, COM 90G.	UNIDADES	30	R\$ 11,41
11	PASTA PROFILÁTICA 90G	UNIDADES	100	R\$ 10,50



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR ORÇADO
12	PEDRA POMES FINA 100G	UNIDADES	50	R\$ 12,34
13	PINCEL MICRO APLICADOR FINO VERDE BRUSH, CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXAS	300	R\$ 23,42
14	TIRA DE LIXA ABRASIVA EM AÇO 4MM PCT C/ 12 UNIDADES.	PACOTES	60	R\$ 13,61

1.2. O fornecimento compreenderá os materiais odontológicos necessários à execução dos atendimentos clínicos, procedimentos preventivos, restauradores, cirúrgicos, periodontais, endodônticos, radiográficos e demais ações desenvolvidas pelas equipes de saúde bucal da rede municipal de saúde.

1.3. Os produtos deverão ser fornecidos de forma parcelada, conforme demandas da Administração Pública Municipal, mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Saúde.

1.4. Os materiais odontológicos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, observando padrões de qualidade, segurança, desempenho, acondicionamento e conformidade com as normas sanitárias vigentes.

1.5. Os produtos deverão possuir registro, cadastro, notificação ou dispensa junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando exigido pela legislação aplicável.

1.6. As entregas deverão ocorrer nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e em conformidade com as necessidades da Administração.

1.7. Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, entregues em suas embalagens originais, devidamente lacradas e acompanhados das informações exigidas pela legislação sanitária vigente.

1.8. A contratação tem por finalidade garantir o abastecimento contínuo dos consultórios odontológicos, Unidades Básicas de Saúde e demais estabelecimentos vinculados à rede municipal de saúde, assegurando a continuidade dos serviços de saúde bucal prestados à população.

1.9. O objeto será executado conforme condições, quantidades, exigências e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo administrativo.

## **02. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

**Base legal: Art. 6º, inciso XIII, e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.**

2.1. A presente contratação tem fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente nos dispositivos aplicáveis às aquisições públicas destinadas ao atendimento das necessidades da Administração Municipal.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

2.2. O objeto consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de materiais odontológicos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA.

2.3. Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o objeto enquadra-se como bem comum, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo mercado, podendo ser descrito por especificações usuais e amplamente conhecidas.

2.4. Os materiais odontológicos objeto da contratação são amplamente comercializados no mercado nacional, existindo diversos fornecedores aptos ao atendimento da demanda da Administração, permitindo a realização de disputa em condições de ampla competitividade.

2.5. A contratação caracteriza-se como aquisição de bens de consumo destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelas equipes de saúde bucal da rede municipal de saúde.

2.6. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

2.7. O critério de julgamento a ser adotado será o de MENOR PREÇO POR LOTE, considerando o agrupamento técnico dos itens por afinidade funcional, conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência.

2.8. A licitação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, competitividade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

2.9. Em razão do valor estimado da contratação, será exigida garantia de proposta, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

### **03 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.**

3.1. A descrição detalhada da solução adotada encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, documento que integra o presente processo administrativo e subsidia a presente contratação.

3.2. A solução consiste na contratação da alternativa identificada como mais vantajosa para o atendimento da necessidade administrativa, conforme estudos realizados na fase de planejamento da contratação, observadas as especificações, quantitativos, requisitos técnicos e condições de execução definidos neste Termo de Referência.

3.3. A futura contratada será responsável pela execução integral do objeto contratado, incluindo o fornecimento de bens, materiais,



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

equipamentos, mão de obra, serviços, logística e demais recursos necessários, quando aplicáveis, garantindo o pleno atendimento das necessidades da Administração Pública.

3.4. A execução deverá ocorrer em estrita observância às especificações técnicas, condições de qualidade, prazos, níveis de desempenho e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

3.5. A solução adotada foi definida com base nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e desenvolvimento nacional sustentável, demonstrando-se adequada para o atendimento da demanda administrativa identificada.

3.6. Considera-se que a solução proposta atende integralmente à necessidade da Administração, apresentando viabilidade técnica e econômica, compatibilidade com o mercado fornecedor e potencial para geração dos resultados pretendidos pela contratação.

#### **04 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.**

4.1. A contratação tem por objeto o fornecimento parcelado de materiais odontológicos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2. Os materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de avarias, adulterações, recondicionamento ou qualquer condição que comprometa sua qualidade, segurança ou utilização.

4.3. Todos os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e às normas expedidas pelos órgãos reguladores competentes.

4.4. Os materiais sujeitos ao controle sanitário deverão possuir registro, cadastro, notificação ou dispensa de registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando exigido pela legislação aplicável.

4.5. Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação vigente.

4.6. Os materiais deverão possuir prazo de validade compatível com sua utilização, não sendo aceitos produtos com prazo de validade reduzido que possa comprometer seu consumo regular pela Administração.

4.7. A contratada deverá garantir a qualidade, integridade e segurança dos produtos fornecidos durante toda a execução contratual.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

4.8. Os materiais entregues em desacordo com as especificações, que apresentem defeitos, avarias, irregularidades, divergências ou qualquer inconformidade identificada pela Administração, deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para o Município.

4.9. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

4.10. A contratada deverá possuir capacidade operacional para realizar as entregas nos quantitativos e prazos estabelecidos pela Administração durante toda a vigência contratual.

4.11. As entregas deverão ser realizadas nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, em dias úteis e horários previamente definidos pela Administração.

4.12. A contratada será responsável pelo transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos materiais, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da execução do objeto.

4.13. Os produtos deverão observar as normas sanitárias, ambientais, de segurança e qualidade aplicáveis ao objeto da contratação.

4.14. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.15. Os materiais odontológicos deverão apresentar qualidade compatível com os padrões normalmente comercializados no mercado, garantindo segurança aos profissionais e usuários dos serviços públicos de saúde.

4.16. A futura contratação observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, competitividade, planejamento, interesse público e continuidade dos serviços públicos, previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **05 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.**

5.1. O objeto será executado mediante fornecimento parcelado de materiais odontológicos, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA, durante a vigência da contratação.

5.2. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pela Administração, contendo a indicação dos itens, quantitativos, local de entrega e demais informações necessárias à execução do objeto.

5.3. A contratada deverá fornecer os materiais rigorosamente em conformidade com as especificações técnicas, marcas ofertadas, requisitos de qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

5.4. Os materiais deverão ser entregues em suas embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, preservadas e identificadas, contendo informações relativas ao fabricante, lote, data de fabricação, validade e demais exigências legais aplicáveis.

5.5. O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, salvo justificativa devidamente aceita pela Administração.

5.6. As entregas deverão ser realizadas no Almoxarifado Central do Município ou em outro local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, localizado no Município de Quijingue/BA.

5.7. O transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos materiais serão de inteira responsabilidade da contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.8. Os materiais deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observando-se, sempre que aplicável, prazo remanescente mínimo correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total de validade do produto.

5.9. Não serão aceitos materiais com embalagens violadas, danificadas, amassadas, rasgadas, com sinais de deterioração, vencidos ou em desacordo com as especificações exigidas.

5.10. A Administração poderá recusar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.11. Os materiais recusados deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da Administração, sem qualquer custo adicional para o Município.

5.12. A contratada deverá manter estoque e capacidade operacional suficientes para assegurar o atendimento das demandas da Administração durante toda a vigência contratual.

5.13. O fornecimento dos materiais não gera qualquer vínculo empregatício entre a Administração e os empregados, prepostos ou representantes da contratada.

5.14. A contratada deverá cumprir integralmente as normas sanitárias, ambientais, de segurança e qualidade aplicáveis aos produtos fornecidos.

5.15. Todos os materiais sujeitos à regulamentação sanitária deverão possuir registro, cadastro, notificação ou dispensa junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando exigido pela legislação vigente.

5.16. A execução do objeto observará as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços, quando houver, e no instrumento contratual, garantindo a continuidade do



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

abastecimento das unidades de saúde e a adequada prestação dos serviços odontológicos à população.

#### **06 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

**Base legal: Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.**

6.1. A gestão e a fiscalização da execução contratual serão realizadas por servidores formalmente designados pela Administração, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A Administração designará gestor e fiscal do contrato, aos quais competirá acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto contratado, adotando as medidas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

6.3. O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento geral da execução contratual, coordenação das atividades relacionadas ao contrato, controle dos prazos, formalização de ocorrências e adoção das providências administrativas necessárias à adequada execução do objeto.

6.4. O fiscal do contrato será responsável pelo acompanhamento direto do fornecimento dos materiais, verificando a conformidade dos produtos entregues com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na proposta da contratada.

6.5. Compete ao fiscal do contrato verificar a qualidade dos materiais fornecidos, os quantitativos entregues, os prazos de entrega, as condições das embalagens, os prazos de validade e demais requisitos exigidos para o recebimento do objeto.

6.6. Toda ocorrência relacionada à execução contratual deverá ser registrada formalmente pelo fiscal ou gestor do contrato, para adoção das medidas administrativas cabíveis.

6.7. A contratada deverá prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização, permitindo o acompanhamento integral da execução do objeto e fornecendo documentos, esclarecimentos e demais elementos necessários à verificação do cumprimento contratual.

6.8. O recebimento dos materiais não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, segurança, conformidade e adequação dos produtos fornecidos.

6.9. Verificada qualquer irregularidade na execução contratual, a Administração notificará formalmente a contratada para adoção das medidas corretivas necessárias, observados os prazos estabelecidos pela fiscalização.

6.10. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, no contrato e demais instrumentos vinculados à contratação.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.11. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da contratada pela execução integral do objeto contratado.

6.12. A gestão contratual observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público, continuidade do serviço público, transparência e boa-fé administrativa.

6.13. As comunicações entre a Administração e a contratada ocorrerão preferencialmente por meio eletrônico, sem prejuízo da utilização de outros meios formalmente admitidos.

6.14. Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, apresentando os documentos comprobatórios sempre que solicitados pela Administração.

6.15. A execução contratual será acompanhada de forma contínua pela Administração, visando assegurar o adequado abastecimento das unidades de saúde e a regular prestação dos serviços odontológicos à população do Município de Quijingue/BA.

#### **07 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

**Base legal: Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.**

7.1. O pagamento será realizado de forma parcelada, de acordo com os materiais efetivamente fornecidos, recebidos e aceitos pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

7.2. A medição para fins de pagamento corresponderá aos quantitativos efetivamente entregues pela contratada, devidamente conferidos e atestados pelo fiscal do contrato.

7.3. Somente serão considerados para pagamento os materiais que atenderem integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e que tenham sido formalmente recebidos pela Administração.

7.4. A contratada deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente aos materiais efetivamente fornecidos, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e demais documentos exigidos pela legislação vigente.

7.5. O fiscal do contrato realizará a conferência dos materiais entregues, verificando quantitativos, especificações, qualidade, prazo de validade e demais requisitos necessários ao recebimento do objeto.

7.6. Constatada qualquer irregularidade na documentação apresentada ou nos materiais fornecidos, o pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas cabíveis.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

7.7. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo dos materiais e da apresentação da documentação fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.8. Os pagamentos serão realizados mediante transferência bancária para conta de titularidade da contratada, indicada na proposta ou posteriormente informada à Administração.

7.9. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, fiscal, trabalhista ou contratual decorrente da execução do objeto.

7.10. Os valores contratados incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, transporte, seguros, fretes, carga, descarga e demais despesas incidentes sobre o fornecimento.

7.11. A Administração poderá realizar as retenções tributárias previstas na legislação vigente, observando as normas federais, estaduais e municipais aplicáveis.

7.12. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos poderão ser atualizados na forma da legislação vigente, observadas as disposições contratuais aplicáveis.

7.13. O pagamento não implicará reconhecimento automático da conformidade dos materiais fornecidos, permanecendo íntegra a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança e adequação dos produtos entregues.

7.14. A liquidação da despesa ocorrerá após a verificação do direito adquirido pelo credor, mediante comprovação do adimplemento da obrigação contratual, nos termos da legislação vigente.

7.15. Os pagamentos observarão a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, salvo as hipóteses legalmente previstas.

## **08 - RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**Base legal: Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.**

8.1. O recebimento dos materiais odontológicos será realizado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando-se os procedimentos de recebimento provisório e definitivo previstos neste Termo de Referência.

8.2. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos materiais, mediante conferência preliminar dos quantitativos, das embalagens, das condições de transporte e da documentação que acompanha os produtos.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.3. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva dos materiais fornecidos, nem afasta a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, conformidade e adequação dos produtos entregues.

8.4. O recebimento definitivo será realizado pelo fiscal do contrato ou servidor formalmente designado pela Administração, após a verificação da conformidade dos materiais com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5. Durante a análise para recebimento definitivo serão verificados, entre outros aspectos:

8.5.1. Quantitativos entregues;

8.5.2. Conformidade com as especificações técnicas;

8.5.3. Integridade das embalagens;

8.5.4. Prazo de validade dos produtos;

8.5.5. Registro, cadastro, notificação ou dispensa junto à ANVISA, quando aplicável;

8.5.6. Qualidade e condições de utilização dos materiais fornecidos.

8.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, desde que não sejam constatadas irregularidades nos materiais entregues.

8.7. Constatadas irregularidades, defeitos, divergências, vícios, inadequações ou desconformidades em relação às especificações exigidas, a Administração recusará os materiais, total ou parcialmente, notificando formalmente a contratada para substituição.

8.8. Os materiais recusados deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação da Administração, sem qualquer ônus adicional para o Município.

8.9. A contratada será responsável por todas as despesas decorrentes da substituição dos materiais recusados, incluindo transporte, carregamento, descarregamento e demais custos relacionados.

8.10. O recebimento definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos vícios ocultos, defeitos de fabricação, inadequação dos produtos ou demais responsabilidades previstas na legislação aplicável.

8.11. Nenhum material será considerado definitivamente recebido enquanto houver pendências relacionadas à sua qualidade, especificação, validade ou conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

8.12. O recebimento dos materiais será formalizado mediante atesto do fiscal do contrato ou servidor designado, documento indispensável para fins de liquidação da despesa e realização do pagamento.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.13. Os materiais deverão ser entregues acompanhados da respectiva Nota Fiscal, contendo todas as informações necessárias à identificação do fornecimento e à conferência pela Administração.

8.14. A Administração poderá realizar diligências, inspeções e verificações complementares sempre que entender necessário para assegurar a correta execução do objeto contratado.

8.15. O recebimento do objeto observará os princípios da eficiência, economicidade, interesse público, segurança sanitária e qualidade dos serviços públicos, garantindo o adequado abastecimento das unidades de saúde do Município de Quijingue/BA.

#### **09 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**Base legal: Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.**

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência.

9.1.1. Com base no Decreto Municipal Nº 81, de 10 de fevereiro de 2024, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito do município de Quijingue, artigo 8º "Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação dos BENEFICIADOS nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)."

##### **9.2. Modalidade de Licitação**

9.2.1. A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021.

##### **9.3. Critério de Julgamento**

9.3.1. O critério de julgamento adotado será o de: **MENOR PREÇO POR LOTE**. A proposta deverá considerar todos os custos diretos e indiretos.

##### **9.4 Justificativa do Critério de Julgamento**

9.4.1. A adoção do critério de menor preço global justifica-se em razão de:

9.4.1.1. Necessidade de execução integrada do objeto;

9.4.1.2. Interdependência técnica entre os componentes do sistema;

9.4.1.3. Responsabilidade única da contratada;

9.4.1.4. Maior eficiência na execução;

9.4.1.5. Inviabilidade técnica do parcelamento;

9.4.1.6. Obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

##### **9.5. Modo de Disputa**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

9.5.1. Será adotado o modo de disputa: **ABERTO**, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

**9.6. Justificativa do Modo de Disputa**

9.6.1. O modo de disputa aberto foi escolhido por:

9.6.1.1. Proporcionar maior competitividade;

9.6.1.2. Permitir transparência no processo licitatório;

9.6.1.3. Possibilitar a obtenção de melhor propostas por meio de lances sucessivos.

**9.7. Participação dos Licitantes**

9.7.1. Poderão participar do certame empresas que:

9.7.1.1. Atuem no ramo compatível com o objeto;

9.7.1.2. Atendam às exigências do edital;

9.7.1.3. Comproven capacidade técnica e regularidade jurídica, fiscal e econômico-financeira.

**10 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**

**Base legal: Art. 66, Art. 67, Art. 68, Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.**

**10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

10.1.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua habilitação jurídica, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.1.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.1.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME Nº 77, de 18 de março de 2020.

10.1.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.1.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.1.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.2. Documento de Identificação do Representante Legal

10.2.1. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documento oficial de identificação com foto do titular, sócio ou representante legal da licitante, com o objetivo de verificar a legitimidade da representação.

10.2.2. A ausência do documento de identificação não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, podendo ser suprida mediante diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3. Serão considerados documentos oficiais de identificação, dentre outros:

- ✓ Carteira de Identidade (RG);
- ✓ Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- ✓ Carteira profissional expedida por conselho de classe;
- ✓ Passaporte.

10.2.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.5. Disposições Gerais

a) Os documentos apresentados deverão estar em plena vigência e compatíveis com o objeto da licitação;

b) A comprovação da habilitação jurídica poderá ser realizada por meio de documentos eletrônicos, quando admitido pelo instrumento convocatório;

c) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido não implicará, automaticamente, a inabilitação do licitante, podendo ser sanada mediante diligência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

d) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação, nos termos do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, considerando o porte e a complexidade do objeto, plenamente executável por empresas individualmente.

e) A vedação se justifica em razão da natureza técnica e integrada do objeto, que exige responsabilidade operacional direta, coordenação executiva unificada, gestão centralizada de engenharia e execução contínua das atividades críticas, de modo que a participação consorciada



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

poderá comprometer a padronização técnica, a segurança da execução e a responsabilidade contratual.

**10.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.**

10.3.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista, mediante a apresentação dos seguintes documentos, nos termos da legislação vigente:

10.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.3.1.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, negativa ou positiva com efeitos de negativa.

10.3.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.3.1.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.3.1.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.

10.3.1.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou ainda Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**10.3.2. Disposições Gerais**

a) As certidões deverão estar válidas na data da sessão pública do certame;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, na forma da lei;

c) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista poderá observar o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável;





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na legislação.

#### **10.4. Qualificação Econômico-Financeira**

10.4.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação econômico-financeira, visando demonstrar capacidade para assumir as obrigações decorrentes da contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.4.1.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples

10.4.1.2. Certidões negativas de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedidas pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas Certidões com mais de 30 (trinta) dias corridos, contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização desta licitação, apenas consideradas para esse fim, aquelas que não têm prazo de validade próprio - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

10.4.1.3. Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

10.4.1.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, comprovando:

10.4.1.4.1. Índices de Liquidez Geral (LG);

10.4.1.4.2. Liquidez Corrente (LC);

10.4.1.4.3. Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.4.1.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.4.1.6. Os Microempreendedores Individuais – MEI ficam dispensados da apresentação de balanço patrimonial, nos termos da legislação vigente.

10.4.1.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.4.1.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

10.4.1.9. A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de Declaração contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado de forma digital com base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.

**10.4.2. Disposições Gerais**

a) Os documentos deverão estar válidos e compatíveis com o objeto da contratação, na data da sessão pública;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, quando prevista em lei;

c) A exigência de qualificação econômico-financeira observará os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, não sendo admitidas exigências excessivas ou desnecessárias;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

**10.5. Qualificação Técnica:**

10.5.2. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando aptidão para fornecimento compatível com o objeto licitado, demonstrando capacidade para fornecimento de materiais odontológicos, insumos odontológicos, materiais de consumo odontológico, produtos destinados à saúde bucal e/ou materiais correlatos.

10.5.3. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica da licitante, desde que os documentos apresentados permitam verificar a compatibilidade entre os objetos executados e o objeto da contratação.

10.5.4. Os atestados apresentados deverão conter, no mínimo:

a) Identificação da pessoa jurídica emitente;

b) Identificação da empresa executora;

c) Descrição do objeto executado;

d) Quantitativos executados, quando aplicável;

e) Período de execução;

f) Manifestação quanto ao cumprimento satisfatório das obrigações assumidas.

10.5.5. A Administração poderá promover diligências para confirmação das informações constantes nos documentos apresentados, inclusive junto aos emitentes dos atestados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

10.5.6. As exigências de qualificação técnica observarão os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade e interesse público, vedadas exigências excessivas que possam restringir indevidamente a ampla participação no certame.

10.5.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte ao fornecimento, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.5.8. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, os atestados deverão demonstrar experiência compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, observando-se o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, vedada a exigência de quantitativos mínimos excessivos capazes de restringir a competitividade.

10.5.9. Consideram-se compatíveis com o objeto da contratação atestados relacionados ao fornecimento de materiais odontológicos, insumos odontológicos, anestésicos odontológicos, materiais restauradores, materiais cirúrgicos odontológicos, materiais de radiologia odontológica, materiais para esterilização, materiais de consumo odontológico e demais produtos correlatos destinados ao atendimento de serviços odontológicos, desde que demonstrem capacidade operacional compatível com a natureza e complexidade do objeto licitado.

10.5.10. A Administração poderá solicitar documentos complementares destinados à verificação da autenticidade e legitimidade das informações apresentadas, observando as disposições do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

## **11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**Base legal: Arts. 92, 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021.**

11.1. Fornecer os materiais odontológicos de acordo com as especificações, quantidades, marcas ofertadas, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta apresentada e no instrumento contratual.

11.2. Entregar os materiais em perfeitas condições de uso, conservação, armazenamento e acondicionamento, observando as exigências sanitárias e técnicas aplicáveis ao objeto.

11.3. Realizar as entregas nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, dentro dos prazos estabelecidos pela Administração.

11.4. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carregamento, descarregamento, acondicionamento e entrega dos materiais, sem qualquer ônus adicional para a Administração.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

11.5. Garantir que os produtos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, originais de fábrica e estejam em conformidade com as especificações técnicas exigidas.

11.6. Fornecer materiais com registro, cadastro, notificação ou dispensa junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando exigido pela legislação vigente.

11.7. Responsabilizar-se pela qualidade, segurança, eficiência e adequação dos produtos fornecidos durante toda a execução contratual.

11.8. Substituir, às suas expensas, os materiais recusados pela fiscalização em razão de defeitos, avarias, divergências de especificação, validade inadequada ou qualquer desconformidade com as exigências da contratação.

11.9. Promover a substituição dos materiais rejeitados no prazo máximo estabelecido pela Administração, contado da respectiva notificação.

11.10. Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

11.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, securitários e demais obrigações decorrentes da execução do objeto.

11.12. Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato ou circunstância que possa comprometer a execução contratual ou causar atraso no fornecimento dos materiais.

11.13. Permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração.

11.14. Atender prontamente às determinações emitidas pelo gestor e pelo fiscal do contrato.

11.15. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais fornecidos em que forem verificados vícios, defeitos, incorreções ou desconformidades.

11.16. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Administração.

11.17. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da Administração.

11.18. Cumprir as normas sanitárias, ambientais, de segurança, transporte e demais legislações aplicáveis ao objeto contratado.

11.19. Fornecer, sempre que solicitado pela Administração, documentos técnicos, catálogos, fichas técnicas, registros sanitários e demais informações relacionadas aos produtos fornecidos.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

11.20. Responsabilizar-se pela veracidade das informações prestadas e pela autenticidade dos documentos apresentados durante o procedimento licitatório e durante a execução contratual.

11.21. Manter sigilo sobre informações eventualmente obtidas em razão da execução contratual, quando sua divulgação não for autorizada pela Administração.

11.22. Cumprir integralmente as obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, neste Termo de Referência, na proposta apresentada e no instrumento contratual.

11.23. Arcar com todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive fretes, seguros, embalagens, tributos, taxas, contribuições e demais despesas incidentes sobre o fornecimento.

11.24. Garantir o fornecimento contínuo dos materiais durante toda a vigência contratual, de forma a não comprometer o funcionamento das unidades de saúde e a continuidade dos serviços odontológicos prestados à população.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**Base legal: Arts. 92, 117 e 141 da Lei nº 14.133/2021.**

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, o Edital, este Termo de Referência e a proposta apresentada.

12.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

12.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e no contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

12.4. Comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas no objeto fornecido, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

12.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de gestor e fiscal formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

12.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais fornecidos em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou com as exigências contratuais.

12.7. Notificar formalmente a contratada acerca de qualquer irregularidade constatada durante a execução contratual.

12.8. Aplicar as sanções administrativas previstas na legislação vigente e no instrumento contratual quando constatado o descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

12.9. Fornecer à contratada todas as informações necessárias à adequada execução do objeto contratado.

12.10. Emitir as Ordens de Fornecimento contendo os quantitativos, especificações e demais informações necessárias para a execução do objeto.

12.11. Disponibilizar os locais indicados para recebimento dos materiais e promover as condições necessárias para realização das entregas.

12.12. Atestar as Notas Fiscais/Faturas após a verificação da conformidade dos materiais efetivamente fornecidos e recebidos.

12.13. Efetuar os pagamentos devidos à contratada, nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato administrativo.

12.14. Proceder à retenção dos tributos e contribuições, quando exigido pela legislação aplicável.

12.15. Zelar pela adequada gestão e fiscalização contratual, adotando as providências necessárias para assegurar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

12.16. Registrar formalmente as ocorrências relacionadas à execução contratual e manter controle dos fornecimentos realizados durante a vigência do contrato.

12.17. Prestar os esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados pela contratada, desde que relacionados à execução do objeto.

12.18. Observar a ordem cronológica de pagamentos e as demais disposições previstas no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

12.19. Promover todos os atos administrativos necessários à regular execução do contrato, visando assegurar a continuidade do abastecimento das unidades de saúde.

12.20. Cumprir e fazer cumprir as disposições da Lei nº 14.133/2021, garantindo a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público, planejamento e continuidade dos serviços públicos.

### **13 - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**Base legal: Arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.**

#### **13.1. Exigência da Garantia**

13.1.1. Poderá ser exigida da contratada a prestação de garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo ser elevada até 10% (dez por cento), mediante justificativa técnica.

#### **13.2. Modalidades de Garantia**

13.2.1. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

13.2.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

13.2.1.2. Seguro-garantia;

13.2.1.3. Fiança bancária.

13.3. Escolha da Modalidade

13.3.1. A escolha da modalidade de garantia caberá à contratada.

13.4. Prazo para Apresentação

13.4.1. A garantia deverá ser apresentada:

13.4.1.1. Até a assinatura do contrato, no caso de seguro-garantia;

13.4.1.2. Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, nas demais modalidades.

13.5. Vigência da Garantia

13.5.1. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato, sendo liberada após o cumprimento integral das obrigações assumidas.

13.6. Execução da Garantia

13.6.1. A garantia poderá ser utilizada para:

13.6.1.1. Ressarcimento de prejuízos causados à Administração;

13.6.1.2. Pagamento de multas contratuais;

13.6.1.3. Cobertura de inadimplemento das obrigações contratuais.

13.7. Disposições Complementares

13.7.1. As condições detalhadas relativas à prestação, manutenção, utilização e eventual execução da garantia serão disciplinadas no contrato administrativo.

## **14 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Base legal: Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.**

14.1. Disposições Gerais

14.1.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou pelo descumprimento das obrigações assumidas, a contratada ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.2. Sanções Aplicáveis

14.2.1. Poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

14.2.1.1. Advertência;

14.2.1.2. Multa;

14.2.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a administração pública;

14.2.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3. Multas

14.3.1. A contratada estará sujeita à aplicação de multas, nos seguintes termos:

14.3.1.1. Multa de mora, em caso de atraso injustificado na execução do objeto;





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

14.3.1.2. Multa compensatória, em caso de inexecução total ou parcial do contrato.

14.3.2. Os percentuais e condições de aplicação serão definidos no contrato administrativo.

14.4. Impedimento de Licitar e Contratar

14.4.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos.

14.5. Declaração de Inidoneidade

14.5.1. A declaração de inidoneidade será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

14.6. Procedimento

14.6.1. A aplicação das sanções observará:

14.6.1.1. Instauração de processo administrativo;

14.6.1.2. Garantia do contraditório e da ampla defesa;

14.6.1.3. Motivação da decisão administrativa.

14.7 Registro das Penalidades

14.7. As sanções aplicadas poderão ser registradas nos sistemas oficiais de cadastro de fornecedores, conforme legislação vigente.

## **15 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.**

15.1. O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 294.125,41 (duzentos e noventa e quatro mil, cento e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos)**, apurado mediante pesquisa de preços realizada em conformidade com os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

15.2. A pesquisa mercadológica foi realizada por meio de consulta a contratações públicas similares, preços públicos e bases oficiais de referência, utilizando metodologia de cálculo baseada na média aritmética dos preços obtidos para cada item, conforme relatório de cotação constante dos autos do processo administrativo.

15.3. O valor estimado contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, fretes, transporte, seguros, embalagens e demais despesas incidentes sobre o fornecimento dos materiais odontológicos.

15.4. O orçamento estimado possui caráter referencial e foi elaborado exclusivamente para subsidiar a Administração no planejamento da contratação e na avaliação da compatibilidade dos preços ofertados durante o procedimento licitatório.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

15.5. Considerando o valor estimado da contratação superior a R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), será exigida garantia de proposta, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas no Edital.

15.6. Os preços ofertados pelas licitantes deverão contemplar todos os custos necessários ao fornecimento integral do objeto, não sendo admitida posterior solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de custos previsíveis à época da apresentação da proposta.

15.7. A Administração realizará a análise da exequibilidade das propostas apresentadas, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021, da IN SEGES/ME nº 73/2022 e demais normas aplicáveis.

**16 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**Base legal: Art. 7º da Lei nº 14.133/2021.**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade	Projeto / Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
0601 Secretaria de Saúde	2006 Gestão das Ações Administrativas do Fundo Municipal de Saúde 2014 Manutenção do Funcionamento das UND Básicas de Saúde 2017 Manutenção do Funcionamento das UND de Saúde da Família 2018 Manutenção dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares de Média e Alta Complexidade 2052 Manutenção das Ações de Saúde Mental (CAPS)	3.3.90.30.00 Material de Consumo	15001002 Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde 16000000 Transferências Fundo a Fundo do Governo Federal - Bloco de Manutenção 16210000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	2020 Manutenção de Vigilância Sanitária		
--	--	--	--

16.2. As despesas encontram-se compatíveis com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), atendendo às exigências legais vigentes.

#### **17 - SUSTENTABILIDADE / IMPACTO AMBIENTAL:**

**Base legal: art. 18, §1º, XII da lei nº 14.133/2021.**

17.1. A contratação deverá observar, sempre que aplicável, critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021 e demais normas ambientais vigentes.

17.2. Os materiais odontológicos fornecidos deverão ser produzidos, acondicionados, transportados e comercializados em conformidade com a legislação ambiental, sanitária e de segurança aplicável.

17.3. A contratada deverá adotar medidas destinadas à redução dos impactos ambientais decorrentes das atividades relacionadas ao fornecimento dos produtos, observando boas práticas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

17.4. As embalagens dos produtos deverão, sempre que possível, ser constituídas de materiais recicláveis, reutilizáveis ou passíveis de destinação ambientalmente adequada.

17.5. Os produtos fornecidos não poderão conter substâncias ou componentes cujo uso seja proibido pela legislação ambiental, sanitária ou de segurança vigente.

17.6. A contratada deverá observar as disposições relativas ao gerenciamento de resíduos sólidos, especialmente quanto à destinação ambientalmente adequada das embalagens, resíduos industriais e demais materiais eventualmente gerados em suas atividades.

17.7. Sempre que aplicável, os fabricantes dos produtos deverão possuir processos produtivos compatíveis com as normas de proteção ambiental e controle de impactos ambientais.

17.8. A Administração poderá promover ações de conscientização e racionalização do consumo dos materiais odontológicos, visando reduzir desperdícios e otimizar a utilização dos recursos públicos.

17.9. A contratação busca contribuir para a manutenção da saúde pública municipal sem desconsiderar a necessidade de observância das práticas ambientalmente responsáveis e socialmente sustentáveis.

17.10. Considerando a natureza do objeto, os impactos ambientais diretos decorrentes da contratação são considerados de baixa relevância, restringindo-se principalmente à geração de embalagens e resíduos inerentes



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ao consumo regular dos materiais odontológicos, os quais deverão receber destinação adequada conforme a legislação vigente.

17.11. A futura contratação deverá observar, sempre que possível, critérios que promovam a eficiência logística, a redução de desperdícios e a utilização racional dos materiais adquiridos pela Administração Pública.

17.12. As exigências de sustentabilidade previstas neste Termo de Referência possuem caráter compatível e proporcional à natureza do objeto, observando os princípios da razoabilidade, economicidade, eficiência e desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **18- JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO:**

**Base legal: Art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.**

18.1. Em observância ao disposto no art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a Administração realizou análise técnica acerca da viabilidade do parcelamento do objeto, considerando aspectos relacionados à competitividade, economicidade, eficiência administrativa e ampliação da participação de fornecedores.

18.2. Em razão da diversidade dos materiais odontológicos que compõem a presente contratação, verificou-se a conveniência do agrupamento dos itens em lotes formados por afinidade técnica e funcional, permitindo maior eficiência na execução contratual e na gestão do fornecimento.

18.3. O parcelamento adotado busca ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de empresas especializadas em segmentos específicos do mercado odontológico, sem comprometer a economicidade da contratação.

18.4. O agrupamento dos itens em lotes foi realizado considerando a natureza dos produtos, sua finalidade de utilização, características técnicas semelhantes e compatibilidade logística de fornecimento.

18.5. A divisão do objeto ocorrerá da seguinte forma:

18.5.1. LOTE 01 – Resinas, adesivos, selantes e materiais restauradores;

18.5.2. LOTE 02 – Anestésicos e medicamentos odontológicos;

18.5.3. LOTE 03 – Materiais de cirurgia, sutura e procedimentos;

18.5.4. LOTE 04 – Radiologia odontológica;

18.5.5. LOTE 05 – Brocas odontológicas;

18.5.6. LOTE 06 – Esterilização, biossegurança e descartáveis;

18.5.7. LOTE 07 – Endodontia, acabamento e consumo clínico.

18.6. A adoção do critério de julgamento por lote mostra-se tecnicamente justificável, uma vez que os itens agrupados apresentam relação funcional, operacional e mercadológica entre si, permitindo ganhos de escala, melhor logística de distribuição e maior eficiência na gestão contratual.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

18.7. O parcelamento realizado não ocasiona restrição indevida à competitividade, tampouco direcionamento do certame, sendo medida compatível com os princípios da isonomia, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

18.8. A contratação por lote reduz custos administrativos relacionados à gestão, fiscalização, recebimento e acompanhamento contratual, contribuindo para maior eficiência na execução do objeto.

18.9. O modelo adotado permite a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, considerando a dinâmica comercial normalmente praticada pelos fornecedores especializados do setor odontológico.

18.10. Diante das características do objeto e da análise realizada, conclui-se que o parcelamento em lotes constitui a solução mais adequada para atender ao interesse público, observando as disposições do art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

## **19 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

**Base legal: Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.**

19.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

19.2. A prorrogação contratual estará condicionada à manutenção das condições de habilitação da contratada, à regular execução do objeto e à demonstração de que a continuidade da contratação atende ao interesse público.

19.3. Durante a vigência contratual, os serviços serão executados de forma parcelada, conforme demanda da Administração, não gerando obrigação de consumo mínimo.

19.4. A eventual prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

19.5. O prazo de vigência poderá ser ajustado em conformidade com a natureza contínua do serviço, observadas as disposições legais aplicáveis e os limites estabelecidos na legislação vigente.

19.6. O encerramento do contrato não prejudicará a conclusão dos serviços já iniciados, os quais deverão ser finalizados pela contratada, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## **20 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Base legal: Lei nº 14.133/2021.**

20.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

20.2. A participação no procedimento licitatório implica plena aceitação de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos.

20.3. A licitante é responsável pela fiel observância das condições de participação, habilitação, apresentação de proposta e execução contratual previstas nos instrumentos que compõem o processo licitatório.

20.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos princípios que regem a Administração Pública e nas demais normas aplicáveis à matéria.

20.5. A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

20.6. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

20.7. A eventual tolerância da Administração quanto ao descumprimento de qualquer obrigação contratual não implicará renúncia de direitos, novação ou alteração das condições pactuadas.

20.8. A contratação decorrente deste Termo de Referência será regida pelas cláusulas e condições constantes do Edital, da proposta vencedora, do contrato administrativo e demais documentos que integram o processo de contratação.

20.9. Os preços contratados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transporte, fretes, seguros e demais despesas incidentes.

20.10. Em razão do valor estimado da contratação, superior a R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), será exigida garantia de proposta, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas no Edital.

20.11. A Administração reserva-se o direito de revogar ou anular o procedimento licitatório nas hipóteses previstas na legislação vigente, mediante decisão devidamente fundamentada.

20.12. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, as especificações técnicas, planilhas, pesquisas de preços, estudos preliminares, mapas de riscos e demais documentos constantes do Processo Administrativo.

20.13. O foro competente para dirimir eventuais questões decorrentes da execução contratual será o da Comarca a que pertence o Município de Quijingue/BA, observadas as disposições legais aplicáveis.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

20.14. Aplicam-se subsidiariamente à presente contratação as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e da legislação correlata vigente.

**Quijingue/BA, em 03 de junho de 2026.**

**Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre**  
**Secretária Municipal de Saúde**

EDITAL



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026**

**ANEXO III**

**CARTA DE APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇOS**

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ**

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ, conforme especificação constante do Termo de Referência do Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) Prazo de validade da proposta: ..... (.....) dias;

b) Prazo para fornecimento: ..... (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

**Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).**

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (do representante legal)

**Observação:** emitir em papel que identifique a licitante.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026**

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS**

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ**

<b>LICITANTE:</b>		
<b>END. COMERCIAL:</b>		<b>UF:</b>
<b>CEP:</b>	<b>FONE/FAX:</b>	<b>CONTATO:</b>
<b>INSC. ESTADUAL:</b>		<b>CNPJ:</b>
<b>E-MAIL:</b>		<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b>
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>		
<b>DADOS BANCÁRIOS:</b>		

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em fornecimento parcelado de materiais odontológicos, compreendendo materiais restauradores, anestésicos, medicamentos odontológicos, materiais cirúrgicos, materiais para radiologia odontológica, materiais de esterilização, biossegurança, descartáveis, endodontia e demais insumos necessários à execução dos serviços de saúde bucal, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA.

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal Nº 14.133/2021, demais legislação aplicável e às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						

**RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE**

\_\_\_\_\_  
**LOCAL**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
**DATA**

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

**Observações:**

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026**  
**ANEXO V**  
**MODELO DE CREDENCIAL**

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,  
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ**

Sr. Pregoeiro,

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº .....,  
com sede à ....., neste ato representado pelo (s) (diretores  
ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade,  
estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato,  
nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor (a)  
....., (nacionalidade, estado civil, profissão),  
portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela .....,  
devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda,  
sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como meu  
mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto ao  
Órgão..... praticar todos os atos necessários, relativos ao  
procedimento licitatório na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
PE026/2026PMQ, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de  
recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições,  
confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e  
praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do  
proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal  
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026**  
**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÕES**

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,  
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ**

Sr. Pregoeiro,

A signatária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ Nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade Nº \_\_\_\_\_ e CPF Nº \_\_\_\_\_, DECLARA QUE:

De acordo com o disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei Nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Sim ( ) Não ( )**

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

**Sim ( ) Não ( )**

Que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

**Sim ( ) Não ( )**

Igualmente, declara que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

**Sim ( ) Não ( )**

Declara também que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

**Sim ( ) Não ( )**

Que se enquadra no Art. 34 d Lei 11.488/2007 e atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º (microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa):



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**Sim ( ) Não ( )**

- Que a proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ, foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ, quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, antes da abertura oficial das propostas;
- Que a empresa não possui no seu quadro societário pessoas que tenham vínculo de forma direta ou indireta com o município, a exemplo de cargo de confiança (cargo comissionado), contrato temporário de prestação de serviços ou servidor efetivo; e
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização do fornecimento a que se refere o PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima está sujeita às penalidades legais previstas no Artigo 299 do Código Penal, como também implicará na desclassificação do presente certame.

**(Município sede da empresa), \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.**

\_\_\_\_\_  
**Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa**

**(Cargo/Função)**

**Doc. de Identidade Nº \_\_\_\_\_**

**CPF Nº \_\_\_\_\_**

**(APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)**

EDITAL



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026**

**ANEXO VII**

**MINUTA DO CONTRATO Nº XX/XXXX**

**IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES:**

**CONTRATANTE:** De um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, assistido juridicamente pelo Procurador Geral do Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA:** Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Estadual Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Municipal Nº **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) **XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o Nº \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_, podendo ser encontrado(a) no endereço supracitado, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA PRÉVIA:**

*As partes firmam o presente Contrato, decorrente da homologação da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº 085/2026 e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão supracitado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ, mediante Autorização de Fornecimento emitida pela requisitante, de forma parcelada e contínua.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.3. A Proposta da CONTRATADA;

1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO:**

2.1. Como condição para a manutenção deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter, durante todo o período de vigência todas as condições de habilitação exigidas na licitação. A **CONTRATADA** presta



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

garantia para que os produtos sejam entregues conforme as normas legais, de acordo com os limites de tolerância estipulados pelos órgãos oficiais de fiscalização, no que couber;

2.2. A **CONTRATADA** entregará os demais produtos solicitados no prazo estabelecido e será feito de forma imediata, de acordo com a necessidade do Município, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido; A **CONTRATADA** disponibilizará os produtos aos órgãos e entidades participantes através da AFM (Autorização de Fornecimento de Mercadoria), imediatamente, de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.

2.3. Os órgãos e entidades solicitarão à **CONTRATADA**, por escrito, através de Autorização de Fornecimento de Material – AFM, e dentro do prazo de validade deste contrato, os produtos licitados de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos no Anexo I deste termo.

2.4. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar este termo, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente AFM, quando do seu recebimento, a Administração poderá chamar os demais licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação, e propor a convocação do fornecimento dos produtos registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e legislação cabíveis.

2.5. Este contrato estará sujeito às regras previstas na Lei Nº 14.133/2021, inclusive quanto ao prazo de vigência.

2.5.1. A alteração ou revisão de preços implica em reequilíbrio econômico dos preços das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

2.5.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do caput do art. 124 e art. 125 da Lei Federal Nº 14.133/2021, através de termo aditivo unilateral por parte da administração.

2.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre as partes pactuantes.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133/2021.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:**





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.1. O prazo de vigência da contratação terá o seu início quando da sua assinatura, ou seja, no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e seu fim no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Mº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO:**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO:**

6.1. Dá-se a este contrato o importe de **R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)**, pelos serviços executados constantes nos Itens, Anexo II deste contrato, conforme Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**, constantes no certame.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO:**

7.1. O prazo para pagamento à contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE:**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do IPCA Amplo, mantido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) a ser solicitados pela **CONTRATADA**, que dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

8.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

8.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

9.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além das previstas no Termo de Referência:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

9.1.7. Cientificar a **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXX** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

10.1. A **CONTRATADA**, além das obrigações elencadas no Termo de Referência, deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);

10.1.2. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. A **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** Certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **3)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e **6)** Certidão Negativa de Tributos Municipais;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

10.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA:**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

#### **Multa:**

I. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

II. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,5% (cinco décimos por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, § 9º, da Lei Nº 14.133, de 2021)





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021).

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Unidade	Projeto / Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
0601 Secretaria de Saúde	2006 Gestão das Ações Administrativas do Fundo Municipal de Saúde 2014 Manutenção do Funcionamento das UND Básicas de Saúde 2017 Manutenção do Funcionamento das UND de Saúde da Família 2018 Manutenção dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares de Média e Alta Complexidade 2052 Manutenção das Ações de Saúde Mental (CAPS) 2020 Manutenção de Vigilância Sanitária	3.3.90.30.00 Material de Consumo	15001002 Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde 16000000 Transferências Fundo a Fundo do Governo Federal - Bloco de Manutenção 16210000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

13.2. O pagamento será efetuado mediante entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, respeitando os prazos a saber:

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS:**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais Normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:**

16.1. No curso da execução dos serviços, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo o acompanhamento, a aferição qualitativa e a atestação dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

16.2. A fiscalização e acompanhamento da execução deste contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, o (a) Servidor(a) Sr. (ª). **XXXXXXXXXX**, Matrícula Nº **XXXXXX**, CPF Nº **XXXXXXXXXXXXXX** designado pela **Portaria Municipal Nº XXX/XXXX**, neste ato denominado **FISCAL**, devidamente credenciado pela Administração, ao qual competirá acompanhar as negociações, desde o ato da assinatura deste contrato até o prazo final, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem neste curso, inclusive acompanhar o pagamento (vide cláusula nona), e de tudo dará ciência ao credenciante, conforme Art. 117 da Lei Nº 14.133/2021 e legislação complementar.

16.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO:**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal Nº 12.527, de 2011.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO:**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Quijingue – Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Nº 14.133/21.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS:**

19.1. E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a tudo presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Quijingue (BA), \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*.

**Prefeitura Municipal de Quijingue**

CNPJ sob Nº 13.698.782/0001-26

**José Romero Rocha Matos Filho**

Representante legal do CONTRATANTE

**Fundo Municipal de \*\*\*\*\* de Quijingue**

CNPJ Nº \*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

Gestora Fundo

**Contratante**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Contratada**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026**  
**ANEXO VIII**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX / XXXX**

No dia \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*, no **MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, **RESOLVE** registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

**Fornecedor:**

**CNPJ:**

**Representante:**

**Telefone:**

**Email:**

**Endereço:**

Item	Quantidade	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total

Total: R\$ \*\*\*\*\*

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de preço e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de preço é até \*\*/\*\*/\*\*\*\*, a contar do dia \*\*/\*\*/\*\*\*\*.

**CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:**

1.1 - Esta Ata não obriga o MUNICÍPIO DE QUIJINGUE a firmar contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.2 - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor acima, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.

1.3 - Os pagamentos devidos à Fornecedorora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.

1.4 – A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do CONTRATANTE.

1.5 – Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.

1.6 – Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.

#### **CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:**

2.1 - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo MUNICÍPIO DE QUIJINGUE mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE026/2026PMQ**.

2.2 - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria do MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

3.2 - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.3 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

#### **CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:**

4.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

4.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3 - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.4 - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.

4.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

4.5.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

4.5.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

4.5.3 - Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

#### **CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:**

5.1 - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.

5.1.1. Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

5.1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observadas as condições dispostas na Lei federal Nº 14.133/2021, em especial:

6.1.1 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

6.1.2 - Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

6.1.3 - A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

6.2 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

6.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.8 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

7.1 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021.

7.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

#### **CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

8.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal Nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:**

9.1 - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.2 - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.

9.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

9.4 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

9.5 - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

**CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE:**

10.1 - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

**CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.2 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

11.3 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

12.1 - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

### **CLÁUSULA 13ª – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

13.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021.

13.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que o inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal Nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.4 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal Nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 14ª – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

14.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

#### **CLÁUSULA 15ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

15.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

15.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

15.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.5.1 - Por razão de interesse público;

15.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.

#### **CLÁUSULA 16ª – DO FORO**

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Euclides da Cunha – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

**JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX